

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM
CIÊNCIAS DA RELIGIÃO**

NORBERTO DOS REIS GUIMARÃES

DISCIPULADO IDEAL: AMAR A DEUS E AO PRÓXIMO COMO A SI MESMO

**GOIÂNIA
2018**

NORBERTO DOS REIS GUIMARÃES

DISCIPULADO IDEAL: AMAR A DEUS E AO PRÓXIMO COMO A SI MESMO

Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Linha de pesquisa: Religião e Literatura Sagrada.

Orientador: Professor Dr. Valmor da Silva

GOIÂNIA

2018

G963d Guimarães, Norberto dos Reis
Discipulado ideal [recurso eletrônico] : amar a Deus
e ao próximo como a si mesmo / Norberto dos Reis Guimarães.--
2018.
90 f.

Texto em português com resumo em inglês
Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica
de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu
em Ciências da Religião, Goiânia, 2018
Inclui referências, f. 87-90

1. Bíblia - N.T. - Mateus. 2. Deus - Adoração e amor.
3. Discipulado (Cristianismo). 4. Vida cristã - Doutrina
bíblica. I.Silva, Valmor da. II.Pontifícia Universidade
Católica de Goiás. III. Título.

CDU: Ed. 2007 -- 27-247.4

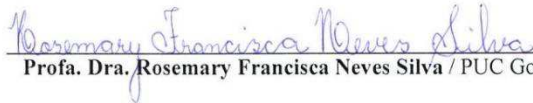
DISCIPULADO IDEAL: AMAR A DEUS E AO PRÓXIMO COMO A SI MESMO

Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, aprovada em 19 de dezembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Valmor da Silva / PUC Goiás (Presidente)



Profa. Dra. Rosemary Francisca Neves Silva / PUC Goiás



Prof. Dr. Jeová Rodrigues dos Santos / FASSEB

Prof. Dr. Eduardo Gusmão de Quadros / PUC Goiás (Suplente)

Prof. Dr. Cristiano Santos Araujo / FANAP (Suplente)

RESUMO

GUIMARÃES, Norberto dos Reis. *Discipulado ideal*: Amar a Deus e ao próximo, como a si mesmo. Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2018.

Esta dissertação tem como objeto Mateus 22,36-40: amar a Deus e ao próximo, como a si mesmo, para fundamentar um discipulado ideal. O objetivo é analisar, a partir desse texto, o amor como fundamento maior de um estilo de vida. A hipótese consiste em demonstrar que, se o discípulo seguir a dinâmica sequencial dos mandamentos do amor poderá formar um centro de benignidade pessoal, com vistas a servir de guia para os comportamentos ulteriores. O primeiro capítulo faz a análise exegética do texto de Mateus e suas versões paralelas. O segundo contextualiza o evangelho de Mateus, como ambiente para o desenvolvimento da tese. O terceiro compõe o sistema de vida cristã, a partir da articulação dos mandamentos. Na conclusão, destaca-se que a hipótese foi comprovada tendo o amor como código de conduta da vida cristã e resume a lei e os profetas.

Palavras-Chave: Lei, Mandamento, Amor, Próximo, Si mesmo, Profetas

ABSTRACT

GUIMARÃES, Norberto dos Reis. *Ideal discipleship: love God and your neighbor as yourself*. Master thesis in Sciences of Religion. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2018.

This dissertation has as object Matthew 22,36-40: love God and thy neighbor as yourself, seeking out a true and ideal discipleship. The goal is to analyze, starting from Matthew, the love as a major lifestyle foundation. The hypothesis consists in demonstrate that, if the disciple is able to follow the sequential dynamics of the Love commandments he might create a nucleus of personal kindness, serving as a guide for subsequent behavior. The first chapter does an exegetical analysis of Matthew's text and its parallel versions. The second contextualizes the Matthew Gospel as the environment where the thesis will be developed. The third sets the Christian lifestyle system starting from the articulation of these commandments. In conclusion, the hypothesis that Love is a commandment for a Christian lifestyle was proven, condensing the law and the prophets.

Key-words: Law, Commandment, Love, Neighbor, Yourself, Prophet.

SUMÁRIO

FICHA CATALOGRÁFICA

APROVAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

RESUMO

ABSTRACT

INTRODUÇÃO.....	9
1. ANÁLISE DA PERÍCOPE EM MATEUS 22,36-40.....	24
1.1 Perícope.....	24
1.2 Situação vital.....	24
1.3 Elementos chaves.....	30
1.4 Lei e mandamento.....	30
1.5 Lei do amor, natureza e função.....	34
1.6 O próximo e o si mesmo.....	38
1.7 Lei e Profetas.....	39
1.8 Versão sinótica: Mt 22,36-40; Mc 12,28-31; Lc 10,25-27.....	43
1.9 Versão sinótica de Marcos.....	44
1.10 Versão sinótica de Lucas.....	46
2. O CONTEXTO DO EVANGELHO DE MATEUS.....	49
2.1 O evangelho de Mateus.....	49
2.2 Quem foi Mateus?.....	50
2.3 Situação vital.....	58
2.4 Mérito do evangelho.....	60
3. DISCIPULADO CRISTÃO NA NOVA JUSTIÇA.....	67

3.1 Função do amor na perícopé.....	67
3.2 O Sistema.....	69
3.3 Funcionalidade dos mandamentos.....	73
3.4 Troca de comando da mente.....	77
CONCLUSÃO.....	83
REFERÊNCIAS.....	87

INTRODUÇÃO

O tema da dissertação amar a Deus e ao próximo como a si mesmo será pesquisado na perspectiva do discipulado ideal e analisado a partir do Antigo e Novo Testamentos, bem como, bibliografias contemporâneas que abordem a temática.

O objeto de estudo designado é a perícopes de Mt 22,36-40, no contexto do Evangelho sinóptico de Mateus, com interesse na possível aplicação para o desenvolvimento do discipulado cristão.

A motivação e o problema serão articulados a partir da perícopes de Mateus 22,36-40:

Mestre, qual é o grande mandamento da lei? Respondeu-lhe Jesus: Amarás o Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, e de toda a tua alma, e todo o teu entendimento. Este é o grande e primeiro mandamento. O segundo, semelhante a este, é: Amarás o teu próximo com a ti mesmo. Destes dois mandamentos dependem toda a lei e os profetas¹.

De simples leitura, o Antigo e Novo Testamentos sinaliza que a ação de Deus (Aliança, Lei e profetas) surgiu juntamente com a libertação do povo hebreu do jugo egípcio e que funcionou como resgate, pois, o colocou sob a Sua tutela e processo educativo moral.

Verifica-se, desse modo, que “a lei teve um papel dominante, como mediadora, entre Deus e os homens” (ESSER, 2000, p. 1156), visto que, revelava os erros cometidos pelo indivíduo. Nas páginas seguintes afirma que “a totalidade da vida podia ser regulada pela lei” e que a obra redentora de Jesus “removeu a lei da sua posição mediatória e abriu acesso imediato a Deus e “cumpre toda a obediência que a lei requeria (Fp 2,8)”. O marco desta mediação está firmado em Lc 16,16 ao dizer que: “A lei e os Profetas duraram até João, desde então, é anunciado o Reino de Deus, e todo homem emprega força para entrar nele.”

O mandamento do amor pode ser cumprido no Espírito e pode ser chamado a lei de Cristo (Gl 6,2 e 1Co 9,21). Desse modo é deduzir que Jesus pôs a Torá em prática, na sua totalidade. Em resumo, importante frisar que “a

¹ A tradução dos textos bíblicos seguirá, normalmente a Bíblia João Ferreira de Almeida (Almeida Revista e Atualizada).

lei, no entanto, não é contrária à promessa (Gl 3,17); pelo contrário, tem um papel educacional para desempenhar” (ESSER, 2000, p. 1160).

Inicialmente, ressalte-se que, “Lei e Profetas” traduzem a vontade de Deus que Jesus, com amor na prática cumpriu. A indagação na perícopes de qual seria o grande mandamento da lei, ensejou ao mestre Jesus responder que era o amor, que em grego é *agápe*, amor incondicional, de afeição, generoso, vontade e ação que, em tese, deve edificar os hábitos e caráter do discípulo, no sentido de prepará-lo efetivamente a se relacionar com Deus, com o próximo e consigo mesmo. Ou seja, o amor ensina que a vida não é competição, mas cooperação, em razão de todos sermos um só, dado ao fato do Espírito ser um, para todos (Ef 4,4).

Deste modo, a motivação da presente pesquisa é demonstrar que a prática da lei do amor pode criar unicidade na conduta pessoal e afastar a percepção humana, a noção da realidade dividida, conflituosa, que distorce a compreensão, o relacionamento correto com Deus e com o próximo. Hovestol (2009, p. 209) denuncia, nesse sentido, as condutas hipócritas dos fariseus e escribas pelo desencontro entre a tese da lei e profetas, sua concepção e a consequente repercussão nas atitudes, pois, de nada adianta a atitude piedosa externa se o “interior da vida deles não se encaixa”.

A proposta de trilhar o caminho do amor e criar uma integridade pessoal e conduta indissociável no discípulo, ao amar a Deus e ao próximo como a si mesmo, certamente repercutirá na funcionalidade das demandas do espírito, alma e corpo para, de consequência fundar a pretendida unicidade comportamental. Isto, claro, mediante o exercício continuado que gerará comunhão no relacionamento pessoal com Deus acima de tudo e com o próximo na formação das referências pessoais.

Com efeito, o amor a Deus e ao próximo como a si mesmo pode, na hipótese, promover uma conjugação relacional entre as esferas do ser humano (espírito, alma e corpo). O exercício do amor em direção às esferas: Deus, próximo e si mesmo, em tese e teoricamente cria um movimento sistemático com a possibilidade de originar um vórtice proporcionado pelas ações demandadas formando um núcleo básico da bondade, na mente, que poderá repercutir e criar um sistema padrão amoroso interno do discípulo e sua preparação simbólica

para as condutas continuadas, tendo em vista, a constituição dos hábitos pessoais e o conseqüente caráter.

Sendo certo que, o modo de abordar o amor e seu desenvolvimento na presente pesquisa busca estruturar funcionalmente um repertório pessoal guia que pode fundamentar a administração dos impulsos pessoais e adoção consciente de atitudes benéficas no relacionamento fundamental do discípulo com Deus, acima de tudo, com o próximo e consigo mesmo. Com efeito, vontade, emoção e razão, virtudes da mente, podem ser treinadas e governadas pelas atitudes amorosas.

Neste sentido, algumas perguntas devem ser respondidas, tais como: O exercício do amor, nos moldes apresentados na perícopa pode reger o comportamento humano? O amor a Deus e ao próximo como a si mesmo pode reduzir o conflito pessoal?

A justificativa do presente trabalho, certamente, passa pelo fato de que o grande mandamento da lei em Mateus pode ser resposta a uma ação diabólica – *diabolus* – que dividiu a percepção humana e a sujeitou à ciência do bem e do mal, ou seja, a mesma mente produz tanto o bem quanto o mal. Keating (2005, p. 177) afirma que o ser humano tem sentimento de separação de Deus e dos outros e atesta que o “pecado pessoal é a recusa de responder à autocomunicação (graça) de Cristo.”

Como veremos nos capítulos seguintes, o amor desde o Antigo até o Novo Testamentos, do ponto de vista etimológico tem o papel importante na eucaristia da vida, pois, passa pela energia sexual e atração entre os sexos opostos para a multiplicação; afeição entre pais e filhos; amizades e a sua transcendência, por isto a afirmação de Keating (2005, p. 180) que o discípulo de Cristo, sob a influência exclusiva do “Amor Divino, a sua energia sexual é gradualmente transformada em compaixão universal.” Fato que promove a “transformação da consciência humana na consciência divina.”

Assim sendo, o trabalho persegue o desenvolvimento de um mecanismo amoroso, com vistas a tornar una e progressiva a percepção do discípulo. Gerenciar a mente com o mandamento do amor é compor o ânimo pessoal, de maneira proativa e benéfica para ultrapassar as circunstâncias adversas. Cumprindo confiantemente o que as Escrituras ensinam em Mt 16,33 que “no mundo tereis aflições, mas tende bom ânimo, eu venci o mundo”. Neste sentido

o cristão pode desenvolver um núcleo básico que governe a vontade para o crescimento pessoal ordenado.

Inferese-se que a partir da leitura do processo acima a criação de um modo para cumprir a tarefa do discípulo mencionada na perícopre que, objetivamente se circunscribe no paradigma bíblico que diz: “O mesmo Deus de paz vos santifique em tudo; e todo o vosso espírito, alma, e corpo, sejam plenamente conservados íntegros e irrepreensíveis na vinda de nosso Senhor Jesus Cristo” (1Ts 5,23).

Na visão do que propõe o versículo, a lei do amor é o único meio de criar a integridade funcional entre as demandas do espírito, alma e corpo, vez que, a mente, com o livre arbítrio e seus paradigmas baseados nos movimentos circunstanciais não poderá, por si só, desencadear uma gestão benéfica na própria vida e produzir frutos saudáveis, conforme explicitado em Gl 5,22, haja vista, que a volição pessoal continuará prisioneira e dicotômica na fluídica cadeia cognitiva do bem e do mal. A questão, portanto, é discernir um do outro e se treinar a agir beneficentemente.

Ferreira (1991, p.105) ensina que a integridade ou a santidade “é a separação do mal, ou seja, tudo o que impede a realização do plano da salvação (1Ts 4,3; 5,21)”. E argumenta que “A santificação dos fiéis é obra de Deus (Ex 31,13)”. E, isto é verdade incontestável. Deus gerencia a obra do bem do início ao fim conforme Fp 1,6 e 2,13, no entanto, em razão do livre arbítrio humano é necessário aprender a escolher o bem e cooperar no procedimento de edificação do amor (Ef 4,15-16).

Desse modo, necessário a conversão pessoal no sentido de se sustentar por paradigma estável (perícopre), foco em Deus e o aperfeiçoamento progressivo da bondade, de sorte a deduzir que, o discípulo deve contribuir proativamente na execução da obra salvífica ao aprender a realizar somente o bem. Em tese, o discipulado cristão deveria transcender e tornar o conhecimento útil abrindo espaço para atuação do Espírito do Criador, ao invés de, somente, se debruçar na etimologia do texto das Escrituras.

Como isto pode ocorrer é necessário observar outro paradigma para o treinamento e construção interna das condutas benéficas. Em 1Co 13,9 está escrito “porque, em parte, conhecemos e, em parte profetizamos”, o que implica em conjugar o saber objetivo com o *insight* advindo do Espírito Santo.

Esse fato reiterado tende a edificar a espiritualidade pessoal, posto que, o discípulo deve conhecer o caminho desenhado pela revelação nas Escrituras e, se empenhar no empreendimento da unicidade e santificação pessoal para a formação do núcleo da bondade e a efetiva comunhão com Deus auxiliado, nesta tarefa, pelas virtudes do espírito (intuição, consciência e comunhão). O amor transcende a compreensão humana, às vezes, mas rege toda a natureza no seu mister. Deus é amor 1Jo 4,8 e o esforço humano é se conectar com o padrão único do universo e ser guiado pelo Espírito de Deus Rm 8,14.

Wiersbe (2016, p. 800) ao comentar 1Co 13,8-13 afirma que o amor permanecerá, enquanto fenecerão a “profecia, a ciência e as línguas, que não são dons permanentes”. “A fé se transforma em visão e a esperança se cumprirá.” E destaca que a “Ciência não significa “educação acadêmica”, mas sim comunicação imediata de uma verdade espiritual à mente.”

Registre-se que é possível entender esta afirmação no sentido que a ciência divina acima citada é, na verdade, a revelação direta do conhecimento de Deus ao discípulo. No entanto, importante frisar que hoje, a ciência acadêmica tem contribuído eficazmente na construção metodológica e objetiva do conhecimento para constituir no discípulo uma base estruturada para suportar as comunicações de Deus e suas revelações, posto que, em razão da abordagem progressiva dos fatos, ciência, fé e espiritualidade são, na verdade, complementares e não dicotômicas. Ferreira (2017, p. 9) “a afirmação do Prêmio Nobel de Física, Millikan: “Não existe, jamais, contradição entre Ciência e Fé””.

Desse modo, a assertiva em 1Co 13,9 traduz o ensino de Deus comunicado diretamente ao discípulo que se prepara, mediante o discipulado cristão, pelo conhecimento das Escrituras e treina o relacionamento com Deus. Entretanto, importante destacar, que ambos, conhecimento e profecia também são falhos e desaparecerão e o amor, argamassa divina que criará estreita relação do discípulo com Deus, permanecerá. Daí, necessário realçar que as Escrituras revelam que é o próprio Deus quem aperfeiçoa a espiritualidade pessoal, da qual o discípulo torna-se cooperador ao aderir ao processo, conforme orientação de Fl 1,6.

Neste sentido a justificativa da dissertação está em demonstrar que o amor recria a integridade perceptiva do discípulo e sua unicidade com Deus configurada pelo processo de santificação, desenvolvimento da consciência,

comunhão e irrepreensibilidade do ser. Assim é de concluir que a formação espiritual do discípulo implica em preparar, estruturar a mente pessoal para ser guiada pelo próprio Deus. Por escolha e esforço, o grande mandamento da lei pode reger a vida pessoal e gerenciar o livre arbítrio, no sentido benéfico.

O amor *agápe* da perícope induz a pensar que “a certeza da salvação vem através, de saber que a atividade amorosa da qual a ressurreição é o selo final, é mais poderosa do que qualquer outro poder, onde a ressurreição é ato coroador do amor de Deus” (GUNTHER, 2000, p. 119). Fato narrado e demonstrado por Jesus que, envolvido pelo amor de Deus e envolvendo seus destinatários foi autorizado pelo Pai a concluir o projeto salvífico dizendo: “Está consumado” (Jo 19,30).

Ora, Deus é amor (1Jo 4,8) e, por amor enviou Jesus à terra para o resgate, que demonstrou o modo de retornar ao Reino (Jo 3,16). Conveniente também perceber a vicariedade dessa obra, vez que, Jesus tudo fez em face dos seres humanos demonstrando o caminho, a verdade, a vida e convocou a todos a pegarem suas cruzes pessoais, negarem a si mesmos e segui-Lo (STOTT, 2006, p. 6). A obra de Jesus foi feita por amor e concedeu à humanidade, a lei do amor que se exercitada e, não somente teorizada cumpre a vontade do Pai que tem o propósito de reger e concluir o empreendimento pessoal da obra da restauração, ensinada e demonstrada por Jesus em Jo 10,30.

Importante ressaltar que o paradigma do esforço (determinação) faz parte da gestão do empreendimento espiritual (2Pe 2,10). Ora, “Desde os dias de João Batista até agora o reino dos Céus é tomado por esforço, e os que se esforçam se apoderam dele” (Mt 11,12). Claro que deve ser conjugado com a proatividade do discípulo em discernir o bem do mal que se constitui noutro paradigma encontrado em Hb 5,14, última parte: “discernir tanto o bem como o mal” e, para tanto, compreender que amar a Deus e ao próximo como a si mesmo fundamenta o caminho para a reconstrução da integridade pessoal que consiste na transformação da consciência humana em consciência divina.

A função imperativa do amor possibilita ao discípulo interagir a partir do seu interior com as três dimensões e aplicação do amor: amar a Deus e ao próximo como a si mesmo, ou seja, estas ações reiteradas contribuem com a formação de uma base funcional e pessoal que repercute na construção do caráter, das condutas subsequentes ao atender as demandas do espírito, alma

e corpo dando origem a unicidade entre o exterior e o interior, pretendida pela pesquisa.

Por último, frise-se que, o pano de fundo que incendeia o presente trabalho está representado pelo equívoco persistente e, de certo modo, denunciado por Jo 5,39-40 indicando que o discípulo insistentemente circunscreve sua mente, no exame detido e teórico das Escrituras, ao julgar “ter nelas a vida eterna” quando, na verdade “são elas mesmas que testificam de mim. Contudo, não quereis vir a mim para terdes vida”.

Frise-se que o intelecto é atividade mental e, como veremos adiante, ligada às circunstâncias e ao falso eu, enquanto a consciência faz parte do espírito, com competência de reestruturar o eu verdadeiro, pois, está ligado a Deus. Destarte, a mente deve ser alinhada a concordar e cooperar com o espírito para o desenvolvimento espiritual. E, somente o amor tem a virtude de criar ambiente para a indissociabilidade entre o espírito, alma e corpo e conferir-lhes a santidade para a efetiva comunhão com Deus. No caso, santidade é capacidade do discípulo expressar as virtudes divinas, como fé, esperança, sabedoria, equilíbrio, bom senso, domínio próprio e etc.

A presente proposta visa, portanto, reproduzir o desenho de relacionamento com Deus ensinado por Jesus e equipar o discipulado cristão com fundamentos relacionais para a obtenção da necessária vida plena. Deste modo será desenvolvido um olhar progressivo das Escrituras, reconhecendo que a doutrina tem finalidade de proporcionar conhecimento metodológico para o discípulo apossar-se do sentido dos conteúdos que vão apoiá-lo na gestão e governo da mente.

Para tanto, a mente precisa discernir, o bem do mal (Hb 5,14) e, neste sentido deve ser treinada a amar, que terá papel decisivo neste processo e, claro, consumir o status do discipulado ideal. Importante registrar que o amor é fruto do Espírito, como também: “gozo, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fé, mansidão e temperança” (Gl 5,22). Condutas, a serem treinadas e, que passarão a reger as atitudes pessoais.

O objetivo, portanto, deste trabalho é fazer levantamento e análise da perícopes em Mt 22,36-40, suas versões paralelas, nos evangelhos sinópticos de Marcos e Lucas que tratam do mesmo tema e circunstâncias com pequenas variantes, bem como, investigar os mandamentos do amor em fontes do Antigo

Testamento e fontes contemporâneas que tratam da mesma situação, com vistas a confirmar a hipótese de que o amor pode ser o agente de ligação entre Deus, o próximo e o si mesmo.

Nos objetivos específicos a pesquisa se propõe a: Fazer uma leitura crítica dos elementos da perícopes em Mt 22,36-40. Compreender o amor em Mateus, como nova Justiça. E, finalmente propor a formação de uma base amorosa que regerá as condutas do discípulo cristão a partir de paradigmas divinos.

Na revisão bibliográfica denominada estado da questão será explorado um amplo espectro de significados etimológicos da palavra amor. O amor como nova justiça substitui a mediação da lei e seus consequentes “nãos” (Lc 16,16) que proporcionaram um arranjo de condutas retas e positivas, para o aprendizado do discípulo no seu relacionamento com Deus, com o próximo e consigo mesmo.

Nos evangelhos sinópticos, com Jesus Cristo “o círculo da culpa, ira e julgamento fica totalmente rompido” (GUNTHER, 2000, p. 118,119). Fato corroborado pelo apóstolo João ao dizer sobre Jesus, que amar é conservar a palavra dele (Jo 14,23-24), para os fins a que se destinam. Esta é a esteira por onde transitará o trabalho identificando como os pesquisadores vêm tratando o tema de amar a Deus e ao próximo como a si mesmo.

Pagola (2013, p. 280) argumenta sobre amar a Deus e ao próximo como a si mesmo e destaca que o primeiro e grande mandamento é o amor a Deus e, não há como amar ao próximo nem a si mesmo, sem antes amar a Deus, posto que, o primeiro e grande mandamento da lei funciona como uma espécie de âncora para o cumprimento do segundo mandamento, pois entrelaçados. Frisa ainda a necessidade de se *ter* “paixão por Deus e compaixão pelo ser humano.”

A assertiva demonstra a importância da articulação e funcionalidade entre o amor a Deus, ao próximo como a si mesmo formando, no discípulo, um núcleo gerencial da bondade e, de consequência, um guia comportamental que tende a edificar o ser, como casa do Pai (1Co 3,16).

Para esta construção Hovestol (2009, p. 204) faz uma advertência em relação ao modo correto de abordar o presente tema informando que: “Em nossa cultura, em geral, apresentamos o ponto principal em último lugar”. Deste modo, conclui que foi “perdido o espírito da Lei em busca da letra da Lei”. Erro que não

será cometido neste trabalho, pois, o ponto principal é o amor. Amar a Deus acima de tudo e ao próximo como a si mesmo numa sequência valorativa e indissociável, onde o mesmo princípio (amor) reúne, num só plano, as três dimensões da tarefa.

Hovestol (2009, p. 213) adverte mais, que o intérprete deve evitar a burla da lei entre os estudiosos: “Os mestres da lei podem ser pessoas que desrespeitam a Lei”. E por causa da troca das prioridades, o modo de aprender a interpretação das Escrituras Sagradas, pode estar equivocado, por isto a existência de pessoas: “religiosas que são comumente criticadas pela diferença comportamental entre o interior e o exterior, entre o comportamento de domingo *versus* o de segunda-feira”. Deste modo, é possível depreender que os mandamentos do amor devem transcender a epistemologia doutrinária cristã e alcançar a transformação a que se propõem.

Em face à advertência lançada por Hovestol (2009, p. 2013) que atesta a falha na conjugação intelectual e funcional dos princípios cristãos no comportamento pessoal diz ser possível criar um sistema correto para a vida cristã; deste modo, convida os estudiosos para não olvidarem esforços no sentido de aproximar o interior do exterior, pois, “a beleza exterior pode esconder a feiura interior”. O que revela ao pesquisador, a necessidade de construir uma coerência temática que integre o pensar, falar e se desenvolver, na mesma esteira dos conteúdos e refletir, exatamente, o que aprendeu.

Campos (2013, p. 125) explica com propriedade este fato em seu trabalho sobre o segundo mandamento da lei: “amar ao próximo como a si mesmo” e conclui que: “No jargão econômico, o mandamento referido poderia ser expresso como: “atribua às externalidades de seus atos o mesmo valor que você atribui aos efeitos de suas ações sobre si mesmo”.

Assim sendo, o trabalho de buscar a formatação da unicidade pessoal, durante a pesquisa exigirá a composição e formulação de um mecanismo de vida sujeito ao amor e que ultrapasse a concepção intelectual do tema e os significados etimológicos ancorados pela palavra amor, na dinâmica aplicada: amor a Deus e ao próximo como a si mesmo.

Hackmann (2010, p. 161) faz uma análise da conceituação bíblica da palavra amor e o amor segundo os ensinamentos de Jesus, a partir da Encíclica de Bento XVI, *Deus caritas est* (2007). O estudo concluiu após breve

investigação teológica que o mandamento do amor é uma “regra de ouro” (Mt 7,12 e Lc 6,31) pois, gera uma nova mentalidade interativa nos seguidores de Jesus. Por fim, afirma que na igreja sobressai a essência do amor, segundo o amor de Deus por nós. A lei do amor deve criar no discípulo uma mentalidade interativa.

Carter (2002, p. 555) também afirma que o “Amor a Deus é uma disposição e modo de vida, uma direção e uma vida de ações de acordo com a vontade de Deus revelada pelas palavras em Mateus 7,24-27 e 12,45-50 e ações de Jesus (9,36)”. “O amor a Deus não pode ser separado do amor às pessoas”. Enfim, o segundo mandamento não pode ser separado do primeiro, ou seja, amar a Deus e ao próximo como a si mesmo são atitudes semelhantes que se originam do amor a Deus e dão início à formatação de um centro de bondade no discípulo que o auxiliará na formação dos hábitos e caráter cristão.

Ressalta, por último, que a junção destes mandamentos não é original a Jesus, “pois estas duas exigências resumem o Decálogo” e mais, “Jesus aprovou esta visão e sua ordem sumária de amar o próximo. Ele se opôs às práticas da elite religiosa, curou os doentes (Mt 4,23-24), apoiou as exigências de honrar os pais, não roubar e não dar falso testemunho (Mt 19,18-19) e proibiu juramentos (Mt 5,33-37) e vingança (Mt 5,38-42) e acima de tudo ensinou a amar o inimigo, fato que ultrapassou a maneira judaica de proceder (CARTER, 2002, p. 556).

Argumentando, registre-se que o amor a Deus e ao próximo, como a si mesmo pode se constituir em um estilo peculiar de agir que tende a edificar no interior do discípulo uma fonte paradigmática de compreensão, aprendizado e formação conjugada do amor, pela tendência repetitiva dos comportamentos. O tema a ser desenvolvido no trabalho dispõe o amor em um entrelaçamento de condutas concêntricas, o que avaliza comprovar a hipótese apresentada.

A construção desta pretendida base está na regra de ouro funcional que rege o relacionamento do discípulo com Deus, com o próximo e consigo mesmo, pois, o amor age como fio condutor paradigmático causando um efeito educacional para a mente ao desenvolver um modo processual de exercitar os mandamentos do amor a partir do interior do discípulo, tal qual evidenciado em Mt 10,39: “Quem achar a sua vida perdê-la-á; e quem perder a sua vida, por amor de mim, achá-la-á.” O amor na trajetória do discipulado cristão aponta para

a constituição interna de uma nova justiça de Deus para aquele que crê (Jo 14,21), posto que, rompe com a ira, a culpa, o julgamento e o objetivismo.

Não há mágica neste procedimento, mas esforço de formação no discipulado cristão, um processo de autoeducação; educar a mente (vontade, intelecto e emoções) e proporcionar que ela (mente) seja treinada a cooperar amorosa e diligentemente com o espírito pessoal nas transformações requeridas e, se desenvolver beneficentemente em face às circunstâncias e demandas pessoais (Mt 26,41; Ef 4,13). No sentido de determinar o momento em que se inicia este procedimento, que se faz pela conversão e escolha de um estilo de vida a ser desenvolvido, Keating (2005, p. 177) diz que no “batismo, o falso eu é ritualmente morto, o novo eu nasce, para a vitória sobre o pecado.”

Silva e Schiavo (2000, p. 106) afirmam que “Jesus recusa toda forma de violência. Não é odiando, mas perdoadando os inimigos que a corrente da violência é quebrada (Mt 5,44; 6,12)”. Acrescentam que Jesus “na cruz, perdoou seus algozes (Lc 23,34)”, ou seja, fez do sofrimento uma oportunidade para amar. Hackmann (2010, p. 158) enfatiza mais, ao afirmar que o jogo da vida se faz entre o amor e o ódio “o ódio vem do diabo, o amor vem de Deus. O ódio conduz à morte, o amor à generosidade e à salvação do homem.” O amor atitude, vontade, portanto, deve ter atuação consciente no discípulo.

Carter (2002, p. 556) diz que o amor na vida cristã é também ter cuidado dos pobres, hospedar os sem lar e vestir o nu, o que implica em sair de si mesmo e servir ao outro. A vida está baseada no amor indiscriminado, incondicional, inclusive, a exigência de orar pelos inimigos (Mt 5,43-46). Afirma que amar a Deus e ao próximo como a si mesmo são condutas entrelaçadas, vez que, buscam o bem-estar de si mesmo e de todos pela rejeição do conflito e diferenças que, no final, fundamentam e alimentam o mal.

Por último Carter (2002, p. 556) destaca Mt 22,40 e reverbera que “Desses dois mandamentos dependem toda a lei e os profetas”. Ora, Jesus realizou e reafirmou o que está no coração da vontade de Deus revelada na Torá. Desse modo, o “amor deve ser expresso, na missão e vida diária”. O que implica em entender que o discípulo deve adotar uma proatividade benigna continuada, pois o “amor é fidelidade vivida e compaixão ativa”.

O aprendizado processual para comungar e desenvolver uma amizade com Deus, com base no amor e colocar o mandamento dentro do discípulo exige

esforço (atenção e foco), acima de tudo compreensão e discernimento, pois, em razão da qualidade da obra empreendida poderá haver confusão de entendimento e dúvida, em face disto encoraja Ap 2,10, última parte: “Sê fiel até a morte, e dar-te-ei a coroa da vida”. Para a disciplina dessa caminhada deve-se considerar os dois critérios paradigmáticos, já citados, para o desenvolvimento de uma mente beneficentemente assertiva, o que decorre da dedução intelectual (conhecimento) e o da direção divina (*insight*).

Este paradigma merece ser reprisado e pode ser verificado em 1Co 13,9, pois, um pouco o discípulo deve procurar entender intelectual e dedutivamente os fundamentos escriturístico escritos e revelados, outro pouco Deus ensina através dos *insights* na própria consciência, vez que, as funções do espírito são consciência, intuição e comunhão. Na consciência está o discernimento, na intuição, o lado sensitivo do espírito, para capturar os ensinamentos espirituais e a comunhão e a capacidade de adorar a Deus (NEE, 2002, p.40).

Nee (2003, p. 10) traz luz ao entendimento desse processo e a formulação funcional que baseia o discipulado cristão, ao afirmar que as pessoas:

possuem um espírito [...] e, que se trata de algo diverso do pensamento, do conhecimento e da imaginação (que são faculdades da mente) O espírito é diverso da afeição, da sensação e do prazer (que são faculdades da emoção, sendo suplementar ao desejo, à decisão e à ação da vontade). Ele é muito mais profundo do que todas essas faculdades. O povo de Deus precisa saber não apenas que possui um espírito. Deve compreender também como ele opera.

Este entendimento guia o discípulo na correta formulação sistêmica das condutas amorosas (amar a Deus e ao próximo como a si mesmo), vez que, o amor atuando na mente faz com que ela se predisponha a cooperar e facilitar a ligação do espírito pessoal com o Espírito de Deus (Jo 4,24), de sorte que a alma articula e concorda com o conhecimento divino (Escrituras) onde o aprendizado constituirá a memória que agirá como banco de dados do repertório pessoal. Um sistema aberto que se adapta e se aperfeiçoa a partir do relacionamento continuado dos interesses e demandas pessoais trinos; conjugados entre o espírito, alma e corpo.

A motivação básica do cristão é escolher abençoar ao invés de amaldiçoar (Dt 30,19), desse modo, a opção benéfica do discípulo é aprender a

amar proativamente. Na escolha de amar a Deus e ao próximo como a si mesmo, o discípulo pode obter a consciência do agir sem a violência, por escolha voluntária no pensar, falar, agir e se desenvolver, visto que, certamente, o amor amenizará os conflitos internos que provocam repercussões negativas externamente.

No dizer de Hovestol (2009, p. 2013) o amor dissolve a incoerência entre o interior e o exterior, entre a razão e a emoção do crente para que seja evitado disfarçar a “decadência espiritual”, pois, escolher a bondade e agir bondosamente deve ser uma deliberação consistente e consciente.

Amar a Deus e ao próximo como a si mesmo no dizer de Keating (2005, p. 176) é abandonar o falso eu que coloca em si mesmo o seu centro de gravidade (egoísmo). A meta é desenvolver o verdadeiro eu, cujo centro de gravidade é Deus. Este deve ser o resultado do empreendimento amoroso. Todos enfrentam obstáculos, dificuldades e intempéries e terão aflições (Jo 16,33), mas, com esta proposição poderá haver transformação dos conflitos e dificuldades, em oportunidades encaminhando um novo critério para o desenvolvimento da gestão amorosa que se funda no grande mandamento da lei e gerenciar conscientemente os impulsos vitais da vida pessoal.

Para o sistema da vida cristã o discípulo deve estar atento ao fato de que os mandamentos do amor organizam a integridade pessoal, como também a conexão com Deus que não será somente, estática ou informativa, romântica ou repetição verbalizada dos fatos históricos que podem até causar júbilo, mas, ao contrário, propõe edificar as condutas pessoais vivas, conscientes, objetivamente transformativas e adaptativas, dada a proatividade amorosa que ocorre na assimilação dos conteúdos das Escrituras, conforme requer a formação ativa e transformadora do discípulo de Cristo.

Obedecer aos mandamentos do Senhor é se apossar do seu sentido formulado e agir de maneira reta a alcançar comunhão consciente com Deus. Isto é aprendizado efetivo. A correta formulação teórica da lei do amor pode estruturar uma base interna de condutas e estreitar os laços entre o conhecer os mandamentos e acioná-los na ação designada resultando numa efetiva comunhão com Deus, com o próximo e consigo mesmo.

Nee (2002, p. 40) reforça sua contribuição neste procedimento, ao dizer que a mente está ligada ao falso eu e que quando concorda com as Escrituras

e, notadamente, com a função do amor revela que “espírito humano possui três funções principais: consciência, intuição e discernimento.” “A consciência é responsável pelo discernimento e, julgamento espontâneo e direto.” “A intuição é o lado sensitivo do espírito humano, completamente diferente das sensações da alma.” Finalmente, “a comunhão é adoração a Deus. As faculdades da alma são incapazes de adorar a Deus.” Neste sentido, bom acrescentar o teor de Jo 4,24: “Deus é Espírito, e importa que os que o adoram o adorem em espírito e em verdade.”

Nee (2005, p. 35,36) acrescenta a esta abordagem que “a alma é a sede da personalidade. É nela que se acham, vontade, intelecto e emoções”, fato que torna “o poder da alma muito grande.” Antes a “força dela vinha do espírito.” “Na verdade, a alma é a espinha dorsal de todo o ser, porque é a vontade do homem. Só quando a alma se dispõe a assumir uma posição de humildade é que o espírito pode dirigir todo o homem.” Frise-se desse modo, que o arrependimento da alma é que proporciona a sua salvação (At 3,19): “Arrependam-se, pois, voltem para Deus, para que os seus pecados sejam cancelados.”

Carneiro (2008) afirma que as Escrituras Sagradas, desde a Torá têm cunho instrutivo com vistas a reestruturar os comportamentos e paradigmas funcionais dos pensamentos daqueles que aprendem de Deus através de uma grade curricular, como uma escola convencional. A Torá fornece elementos de aprendizado, capacitação e aperfeiçoamento para organizar o modo do discípulo responder à realidade, fato que revela a natureza das informações bíblicas desde o Velho Testamento:

A palavra torah designa, em linguagem coloquial da época do Antigo Testamento, o ensinamento da mãe (Pr 1,8; 6,20; cf. 31,26) e do pai (4,12) para introduzir seus filhos nos caminhos da vida e adverti-los diante das ciladas da morte. Nisso, como em todos os demais usos, a palavra abrange informação e orientação, instrução e estabelecimento de normas, e, com isso, também promessa e desafio. Expressa igualmente o mandamento e a história da instrução, da qual emerge. A partir daí o conceito Torá torna-se um termo técnico para a instrução dos sacerdotes aos leigos (Jr 18,18; Ez 7,26), mas designa também as palavras dos mestres da sabedoria (Pr 7,2; 13,14) ou do profeta (Is 8,16.20; 30,9) para os discípulos. No Deuteronômio, por fim, Torá transforma-se no conceito mais importante da vontade de Deus universal e literariamente fixada (p.ex. Dt 4,44s; 30,10; 31,9). Aqui Torá abrange tanto narrações (esp. Dt 1,5) quanto leis (cf. esp. Sl 78, 1.5.10). Mais tarde, esse conceito deuteronômico designa a lei de Esdras (p.ex. Ne 8,1),

todo o Pentateuco, mas também a palavra profético-escatológica de Deus para os povos (Is 2,3 par. Mq 4,2; Is 42,4,8) (CARNEIRO, 2008, p. 15).

Esta abordagem ensina que as Escrituras transcendem o aspecto teórico, doutrinário e de conhecimento intelectual para desenvolver a feição instrutiva no discipulado cristão, abordagens que se repetem no Novo Testamento: “Pois toda a Escritura Sagrada é inspirada por Deus e útil para ensinar a verdade, condenar o erro, corrigir as faltas e ensinar a maneira certa de viver” (2T 3,16). O destaque do trabalho está consistente no grande mandamento da lei com função de estabelecer base interna na regulação da vida proativa e guiar o discípulo com paradigmas que fundamentam a benignidade na aparente tricotomia humana (espírito, alma e corpo).

O propósito destas assertivas está em referenciar o tema em desenvolvimento e construir um modo de proceder pessoal, amoroso e proativo para o discípulo e desencadear possibilidades efetivas de governar a volição pessoal de maneira consistente e efetivamente consciente, sem vacilar (Mt 22,40). Com efeito, a meta é construir um fundamento padrão, para o discípulo reger os comportamentos e sustentar a direção benéfica das ações pessoais; formação de hábitos e aquisição da mente de Cristo (1Co 2,16).

A hipótese a ser comprovada a partir da perícopé de Mt 22,36-40 no contexto global do Evangelho de Mateus está consistente na elaboração funcional do amor a Deus e ao próximo como a si mesmo, como proposta eficaz para o discipulado cristão. Isto, no sentido de habilitar o discípulo à plenitude amorosa que facilite a sua comunhão com Deus, próximo e consigo mesmo, na aplicação prática e transformadora das condutas pessoais, sinalizadas nas doutrinas bíblicas, fazendo-o, à semelhança do que foi realizado e concluído no ministério de Jesus.

As matrizes e referenciais teóricos a serem utilizados, no decorrer do trabalho darão suporte à pesquisa na literatura sagrada, no sentido de esmiuçar o objeto proposto na perícopé (Mt 22,36-40). A exegese será o instrumento para análise da lei do amor e seus comandos no contexto original ampliando o conhecimento com a análise etimológica e, finalmente com a hermenêutica estar buscando de fundir horizontes, antigo e o atual e fundamentar o pretendido discipulado ideal.

1. ANÁLISE DA PERÍCOPE EM MATEUS 22,36-40

Neste capítulo será desenvolvida uma análise crítica da perícopre seguindo a dinâmica do próprio texto, onde é apresentada a perícopre em português. O objeto deste capítulo, portanto, é conhecer etimologicamente os elementos da composição linguística de toda a perícopre e desvendar o constituinte sintático e a consequente sugestão de ações proativas e instrutivas.

1.1 Perícopre

Mestre, qual é o grande mandamento da Lei? Respondeu-lhe Jesus: Amarás o Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, e de toda a tua alma, e todo o teu entendimento. Este é o grande e primeiro mandamento. O segundo, semelhante a este, é: Amarás o teu próximo como a ti mesmo. Destes dois mandamentos dependem toda a Lei e os Profetas.²

1.2 Situação vital

Antes de adentrar no mérito do diálogo travado por Jesus e o fariseu, mestre da lei, importante destacar que em torno de 150 anos antes do efetivo ministério de Jesus surgiram dois grandes partidos judaicos, fariseus e saduceus que, a princípio e, segundo suas perspectivas, agiam em defesa da Torá. A gestação destes dois partidos, no resumo, ocorreu durante a dispersão dos judeus que, apesar de dominados detinham certa liberdade religiosa no cativeiro, o que possibilitava as reuniões em torno das ideias da Torá e com consistência se preparavam para a defesa do seu conteúdo.

Salienta-se que o surgimento dos fariseus e saduceus ocorreu no período intertestamentário, ou seja, no intervalo de mais de 400 “anos de silêncio” identificado na Bíblia entre Malaquias e Cristo. Durante estes anos Israel foi governado por “poderes estrangeiros”, como havia profetizado Dn 7, entretanto, foi neste mesmo período que Daniel e outros, foram “puristas” ao resistirem o estilo de vida dos governantes estrangeiros e se apegaram com

² Perícopre extraída da Bíblia Sagrada traduzida em português por João Ferreira de Almeida, revista e atualizada, 2ª. Ed. 1996. Sociedade Bíblica do Brasil. Barueri, SP.

“tenacidade às Escrituras, ao passo que outros, inclusive, os saduceus, membros do clero (sacerdotes e levitas) faziam concessões às culturas” (HOVESTOL, 2009, p. 243).

Em Mt 3,7 o profeta João Batista, por ocasião da promulgação do Reino dos Céus e batismos dos arrependidos acabou por identificar quem realmente eram os fariseus e os saduceus: “Como via muitos fariseus e saduceus que vinham ao batismo, disse-lhes: “Raça de víboras, quem vos ensinou a fugir da ira que está para vir”?

Em Mt 23,1 Jesus também detectou a vaidade e a hipocrisia dos escribas e fariseus. A Bíblia de Jerusalém (2017, p. 1707, notas b e c) considera que os fariseus “eram uma seita judaica constituída por observantes zelosos da Lei, muito apegados à tradição oral dos seus doutores, o que levava a uma casuística cheia de excessos e afetação.” Importante não esquecer, contudo, que “o próprio Paulo se gloriava do seu passado como fariseu (At 23,6; 26,5; Fl 3,5).” Finalmente, ressalte-se que os saduceus, “em contraposição aos fariseus, rejeitavam toda a tradição, exceto a Lei escrita (At 23,8). Eram menos piedosos e mais preocupados com a política, recrutavam-se principalmente dentre as grandes famílias sacerdotais (At 21,23).”

De acordo com Hovestol (2009, p. 40,41 e 246) os dois partidos, fariseus e saduceus “eram proeminentes na época de Cristo, e o farisaísmo continua até hoje”. Os fariseus eram e ainda são defensores da “Lei e da integridade religiosa do judaísmo”. Já os saduceus formavam um “partido dos sacerdotes e levitas que enfatizavam a centralidade do templo e dos ritos.” E faziam algumas concessões aos seus algozes. Existiram, porém, nesta mesma época dois grandes grupos de acordo com dois rabinos. Shammai “fundamentalistas” e Hillel que “levava a lei a sério, mas a compaixão era o viés que ele favorecia”. Supõe-se, inclusive, que Jesus tenha sido discípulo de Hillel, dada a sua compaixão pelos pequeninos.

A Bíblia de Jerusalém (2017, p. 30) contribui para maior entendimento das razões de fundamento da defesa de mérito dos dois partidos, ao informar que “Iahweh, o Único, é o Deus de Israel”. E a este povo era ensinada a Lei e “seus deveres, na regulação da sua conduta, conforme a vontade de Deus e, mantendo a aliança, prepara-o para o cumprimento das promessas”. Ora, esse era o fundamento de caráter legalista dos fariseus. Reafirmarem, sempre, a ideia

do Deus único, cuja revelação também era única, por isto a determinação em se insurgirem na defesa da lei e integridade religiosa; em não admitir qualquer progressividade de entendimento a respeito da lei, mesmo com a interpretação válida apresentada pelo filho do Deus conforme Mt 16,16. Jesus, por sua vez, não alterou substancialmente a lei, mas apresentou o amor, como único modo efetivo para a comunhão com Deus.

Frise-se que o mestre da lei em destaque, na perícopa, era um fariseu com as características da escola de Shammai que interpela Jesus, tendo em vista o ambiente de passagem mencionado em Mt 22,34-35: “Os fariseus, ouvindo que ele fechara a boca dos saduceus, reuniram-se em grupo, e um deles, a fim de pô-lo à prova – perguntou-lhe” “Mestre qual é o grande mandamento da Lei”? Gallazzi (2012, p. 457) destaca que esta pergunta era de fácil elucidação e “quase elementar”, pois, “todo dia, ao amanhecer, Israel costuma recitar a *shemá*: “Escuta, Israel, Javé nosso Deus é o único Javé. Amarás, pois, Javé teu Deus com todo o teu coração, e com a tua alma, e com todas as tuas forças” (Dt 6,4-5).

Assim, é de observar que qualquer criança com formação na *torá* poderia ter respondido a tal pergunta com precisão. Gallazzi (2012, p. 458) afirma, entretanto, que “Jesus aceita o jogo” e sua resposta é rápida e certa: o grande mandamento é “amar a Deus e ao próximo, como a ti mesmo.” Amar a Deus com todo o coração (*kardia*), alma (*psyché*) e mente (*dianóia*) (“forças no hebraico”). Estes são os elementos que, resumidamente, constituem o ser vivo; um elemento reforçando o outro, em sintonia com o outro. Poderíamos entender, também como; “amarás a Deus com o máximo de ti”. Verifica-se de imediato que a resposta traduz a lealdade à Torá e a reciprocidade a ser empreendida na relação a Deus e ao próximo.

Antes de prosseguir na análise do diálogo entre Jesus e o mestre da lei conveniente nos determos brevemente a elucidar os significados do coração, alma e mente, como estruturas da pessoa, os quais se tornam funcionais na prática da lei do amor.

Sorg (2000, p. 424-427) apresenta o coração (*kardia*) “no sentido literal como órgão do corpo, centro da vida física e, no sentido metafórico é a sede das emoções e fonte da vida espiritual, o âmago, parte interior dos homens e animais.” “O emprego de *kardia* coincide com o modo veterotestamentário de

entender os termos. Traduz a vida interior, o centro da personalidade e o lugar onde Deus se revela aos homens, posto que, a conversão ocorre no coração e é, portanto, o homem inteiro; “o coração do homem não é somente o lugar onde Deus desperta e cria a fé, a obediência e paciência (Rm 6,17; 2Ts 3,5) é local onde se guarda a palavra de Deus (Lc 8,15), enfim, onde a paz de Cristo começa o seu império (Cl 3,15)”.

Brown (2000, p. 69) diz que alma (*psiquê*) e “significava “hálito da vida” e, portanto, impessoal, a alma é o hálito que dá vida ao homem, portadora das experiências conscientes.” “Se refere à parte interior do homem, à sua personalidade, pode ser empregada para substituir o pronome pessoal, de tal modo que “minha alma” seja equivalente de “eu””. “A substância da alma é o *pneuma*, “hálito” e as “afeções”, “paixões”, são as maiores inimigas da alma e têm condições de furtar-lhe a liberdade” (p.70). Finalmente, alma unifica “os poderes interiores do homem, daí a frase: “de toda a tua alma” (Dt 13,3). Habitam também: o desejo pela comida (Dt 12,20-21, a concupiscência da carne (Jr 2,24, a sede pela vingança” (Sl 27). Como também, “o conhecimento, o entendimento (Sl 139), o pensamento (1Sm 20,4), enfim, pode ser equivalente ao sentido de “eu mesmo”, “pessoa” ou “ser”” (p. 72).

Nee (2002, p. 33,35 e 45) corrobora com o entendimento da palavra alma, ao dizer que ela “compreende, vontade, o intelecto, emoções e autoconsciência.” “A alma pertence ao próprio ego do homem e revela a sua personalidade.” “A existência do homem, suas características e sua vida encontram-se na alma. Por essa razão, a Bíblia chama o homem de “alma.” “Ela pertence a dois mundos, pois fica entre o espírito e o corpo.”

Waltke (1998, p. 982,984) informa, no sentido de dirimir qualquer dúvida, que a palavra “alma” no Antigo Testamento decorre de associação de ideias e conteúdo advindo da palavra *nephesh*, posto que, inicialmente indica “respirar” que é contrário do “morto, cadáver.” “Pode também designar apetite; ansiar por algo, por exemplo, como indicado em Is 26,8-9 sede da alma voltada para Deus.” Encontramos também a palavra *nephesh* “empregada no contexto de estados emocionais de alegria e bem-aventurança.” Enfim, a construção de sentido de *nephesh* “oscila entre as noções de “alma” e “vida.””

A alma é sede da mente. Goetzmann (2000, p. 1270) afirma que a alma ancora um grande espectro de atividade, como por exemplo a mente identificado

pelo verbo *phromeō*: “pensar, julgar, prestar atenção, modo de pensar, mentalidade, fixar a mente, bom senso, discernidor, sensato, pensador, prudente.” O ponto a ser destacado é que “o homem sempre tem algum alvo em mente” (p.1271). O que designa um estreito “inter-relacionamento entre a vida e o pensamento, com eco na vasta gama de significados que se vinculam com o verbo” O acréscimo identificado é “em que direção o cristão deve se esforçar? Fixar a sua mente na carne ou no Espírito? Que tipo de pensamento é apropriado para ele (Rm 12,3)” (p. 1272). Este é o ponto.

Superados os detalhes, voltamos à análise anteriormente interrompida. O ambiente em que ocorre o diálogo na perícopa descreve Jesus sendo interpelado por um doutor da lei, sobre qual o grande mandamento da lei, ao que respondeu: “Amarás o Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, e de toda a tua alma, e todo o teu entendimento.” No entanto, o que vem depois é a surpresa. Gallazzi (2012, p. 458):

Este não é só o grande mandamento, ele é o primeiro. Tem outro, um segundo, que é igual a este. O segundo está lá, meio escondido no Levítico (19,18), num conjunto de leis que falam de carne estragada, de relacionamento com o próximo, de relações sexuais proibidas; quase uma lei secundária, uma a mais entre os 248 preceitos e as 365 proibições. Na relação dos 248 preceitos positivos, elaborada por Maiomônides, o mandamento de amar a Deus é o terceiro, e o amar o próximo está no 206º lugar.

Ora, sobre ser grande e primeiro mandamento, Luz (1993, p. 320) atesta que o princípio regente em Mt 23,23 está no fato de ser “preciso cumprir os preceitos capitais e não se descuidar dos princípios menores, ou seja, preceitos grandes e pequenos.” “Isto porque, abaixo dos preceitos capitais estão os princípios mínimos (Mt 5,18ss).” Enfim, todos os preceitos devem ser cumpridos, conforme estabelece Tg 2,10: “Porque quem quebra um só mandamento da lei é culpado de quebrar todos”. Verifica-se da perícopa que amar a Deus de todo coração, alma e mente, além de indicar que este é o grande mandamento da lei, pois, é definido como o primeiro, dada a prioridade e em seguida, Jesus ofertou o segundo mandamento que é semelhante ao primeiro: “Amarás o teu próximo como a ti mesmo. Destes dois mandamentos dependem toda a lei e os profetas.”

Arrazoando Gallazzi (2012, p. 459) afirma que o segundo preceito de “amar ao próximo como a ti mesmo” constitui o princípio fundamental da *torá*. O

mérito deste princípio está contido na história de um pagão que queria aprender toda a *torá* rapidamente e, ilustra os mandamentos do amor de Jesus em Mateus. O Rabi Hillel ensinou ao pagão citando o livro de Tobias Tb 4,15: “Não faça a outros o que não queres que te se faça” e, concluiu que “esta é a base do judaísmo, e o resto da *torá* são meros comentários.” Registre-se ainda que Mateus dentre os apóstolos era o mais veterotestamentário e reproduziu em Mt 7,12, o mesmo preceito: “Portanto, tudo o que vós quereis que os homens vos façam, fazei-lho também vós, porque esta é a lei e os profetas”.

O que é possível depreender, deste fato, é que a instrução da lei passa a ter uma conotação pessoal, em razão da abordagem progressiva no entendimento repetido por Jesus. Observe-se que a conduta síntese da lei que está inserta na perícopes repete a intenção de Hillel ao ensinar o gentio, pois, a intenção foi substituir o templo físico, onde se praticavam os ritos e a adoração, “pelo coração, alma e mente. O culto terá que ser substituído pelo amor a Deus e ao próximo, até o máximo de nós, como nós mesmos” (GALLAZZI, 2012 p. 459).

Esta foi a essência extraída da lei do amor que na hipótese, pode servir de código da conduta humana, pensar, falar e fazer, ou seja, construir hábitos e estruturar o caráter pessoal, haja vista que, o templo passa a ser a própria pessoa (1Co 3,16).

Desse modo, a lei do amor em Mateus traduz uma ideia a ser entendida na abordagem progressiva do texto sagrado, que desde muito vem revelando o seu cunho instrutivo e educativo, haja vista, que Deus ensina ao discípulo uma gestão correta da vida que se expressa, aqui e agora, como espírito pessoal, coração, alma e mente.

Importante vislumbrar, que as Escrituras Sagradas não são somente um arcabouço de conhecimento, mas que sugerem a necessidade do discípulo adquirir um estilo de vida onde Jesus, como ator principal, teorizou e consumou na prática, ou seja, revelou uma estratégia de vida, onde é possível deixar de ancorar a mente pessoal, na fluidez operativa das circunstâncias e conhecer Deus, o Criador e seus paradigmas funcionais para a vida, que assimilados e praticados libertam o discípulo da opressão das falsas ideias e paradigmas egoístas que aprisionam cognitivamente a humanidade através de um círculo de condutas conflitante e viciante.

1.3 Elementos chaves

Importante, do mesmo modo, conhecer a perícopes através do seu detalhamento constitutivo (lei, mandamentos, amor, próximo, si mesmo e profetas) que, certamente, podem contribuir para viabilizar a proposta de uma mentalidade interativa no exercício pessoal da lei do amor. O objetivo é dissecar e entender a formulação estrutural da perícopes no sentido de desenvolver uma possível compreensão funcional e indissociável dos seus elementos constitutivos em operação (TAYLOR, 1980, p. 588).

Na hipótese, acredita-se que os mandamentos do amor teriam função de educar a ação do discípulo, no que diz respeito ao treinamento das condutas pessoais e operação da vida cristã, pois, é possível formular um núcleo básico e paradigmático da bondade que repercutirá nas ações que se sucederem.

1.4 Lei e mandamento

Konings (1996, p. 44) diz que a lei e o mandamento para o judeu estão associados com os termos do hebraico bíblico: *mitswá* e *torá*. Destaca que *mitswá* é uma “boa ação”, enfim, o que “sai da boca” (de Deus, do rei). Uma ordem dada. Neste sentido, uma *mitswá* une a pessoa que é comandada e o comandante, criando um relacionamento e um vínculo essencial. *Torá*, por outro lado, provém do verbo *yrh* significa ensinar, instruir ou orientar a pessoa no modo correto de viver a vida, para tanto a lei e mandamentos. Ensinar a viver e, de consequência, a pensar e fazer, segundo as ordens de Deus. Esta é a percepção que os israelitas têm da lei e, neste sentido, para eles, resumia todas as instruções divinas para a vida e justiça de Deus.

Desse modo, os judeus ensinam que os mandamentos eram individuais, instruções ou ensinamentos, e eram denominados de *trot*. Konings (1996, p. 44) afirma que a lei é o conjunto das normas e dos mandamentos. Os mandamentos, inclusive o do amor, são individuais, assim foi a percepção dos “justos e piedosos de Israel”. Eles não tinham estas normas como peso, ditadura, mas guia de conduta e orientação, uma espécie de alívio “em meio à insegurança, uma luz” (SI 119,105), ou ainda um GPS para a vida (SI 119,3.14.27).

A título de complemento, tem-se que no grego da Septuaginta a compreensão da *torá* não é a mesma, vez que, é traduzida por *nomos*, “lei” (a lei cúllica ou civil, sinal de civilização). Com efeito, perdeu o “caráter pedagógico, orientativo que se esconde na palavra *torá*”. O presente trabalho, portanto, se propõe resgatar o caráter instrutivo dos mandamentos do amor para o discípulo.

Ora, a compreensão trazida pela *torá* significa basicamente ensino, pois, carrega o sentido de instruir o filho no caminho que deve andar ou mesmo, a instrução de Deus para Israel. Esta conexão é importante. Agora, a indagação em destaque na perícopie se refere a qual o “grande mandamento da lei”, ou seja, dentre o conjunto de regras que o povo tinha recebido de Deus qual é o maior ou o primeiro mandamento?

Hartley (1998, p. 661,662) roteiriza que a lei de Deus contempla e regula todos os aspectos da vida humana, espiritual e psicológica, o que implica em inferir que se propõe ser uma estratégia para ensinar o manejo correto e com cuidado da direção divina, vez que, o maior e primeiro mandamento está associado com a relação direta com o Deus Único, haja vista, que na aliança formada com o povo hebreu, o próprio Deus declara em Lv 26,12: “E andarei no meio de vós e eu vos serei por Deus, e vós me sereis por povo”. Com efeito, necessário destacar, que o ensino de Deus a ser ministrado ao discípulo “está associado com a unção do Espírito Santo” ou inspiração, como ocorreu com “Bezalel e Aoliabe que foram inspirados a ensinar suas habilidades artesanais de maneira que se pudesse construir o tabernáculo e seus apetrechos” (Êx 35,34).

O Sl 147,5 traz outro destaque, ao tratar do atributo da onisciência de Deus, pois “o seu entendimento é infinito”. O que implica deduzir que Ele tem consciência de tudo, o tempo todo e que a lei é o roteiro programático do Deus Único que revela como o universo opera e, toda a sua criação a partir das raízes da natureza (terra, fogo, água e ar), inclusive, os seres que têm fôlego. Neste sentido conveniente registrar duas circunstâncias. Jesus, ao ensinar a lei do amor, não ab-rogou, mas cumpriu a lei divina (Mt 5,17). Com efeito a lei continua a reger tudo e paralelamente o modo de discernir as Escrituras que são a revelação da *v/Vontade* de Deus (Is,10). A formação cristã para o discípulo, nesse sentido e em hipótese, consiste em aprender a conjugar a lei do amor,

que é a graça, ou a benevolência do Pai, na operação da vida, que o faz através de regras.

Assim sendo, considerando o mecanismo divino de ensino e aprendizagem da lei, ela se torna sabedoria, entendimento, discernimento e experiência individual e da nação, “de modo que outros povos ficarão maravilhados com a qualidade do estilo de vida distintivo de Israel (Dt 4,6)” (HARTLEY, 1998, p. 662). Isto até nos dias de hoje. Com efeito e neste sentido, possível concluir que há uma ligação subjacente entre a lei, mandamento e amor que são expressões da natureza divina e determinam a qualidade da aliança que Deus fez com o povo hebreu.

A essência e conteúdo dos ensinamentos revelados pela torá são instrução e sabedoria para o povo escolhido, de como proceder diante da vida e lidar com a gestão dos impulsos de vida que, no final são regulados pela lei que consubstancia a capacidade e norte para o desvendar dos conteúdos proféticos e construção eficaz do bem-estar pessoal. Estes conhecimentos têm o papel, no dizer de Keating (2005, p. 179), de moderar os “impulsos instintivos do organismo humano em desenvolvimento para sobrevivência e segurança dignas, afeição e estima, controle e poder que permitem colocar em foco apropriado às necessidades humanas”. Excluindo os erros e incentivando os acertos do processo pessoal e social.

Mais uma vez se verifica a aplicação da lei como ensino para a vida que decorre da compreensão progressiva dos escritos do Antigo e Novo Testamentos, notadamente no livro de Mateus que, ao apresentar os ensinamentos de Jesus, na perícopa, mostra como deve ser desencadeada a sequência dos conteúdos de mérito revelados pela Vontade de Deus, bem como, o modo de operar a sua finalidade, para que seja restabelecida a conexão do discípulo com Deus e utilizar dos critérios paradigmáticos constantes da lei do amor.

Daí concluir, neste aspecto que o grande e primeiro mandamento é o amor agindo no reestabelecimento da comunhão viva entre o discípulo e Deus, pois, desse modo, é possível estabelecer um relacionamento produtivo com o próximo e crescer pessoal em santidade, bem como, estabelecer a paz com o inimigo que é o *plus* libertador incluído por Jesus.

Como veremos no terceiro capítulo, a proximidade e semelhança de ações constituídas pelo amor a Deus e ao próximo, como a si mesmo, incluindo

o amor ao inimigo, considerando a continuidade de ações, acabam por formar uma Gestalt, ou seja, o cérebro humano agrupa as condutas e a percepção humana pertinentes, conforme as indicadas na perícopa, estabelece um roteiro, uma forma e fechamento destes elementos, como um objeto completo. Fato que, certamente, repercutirá como base para a construção dos hábitos e definição de um modo de ser. Um estilo de vida com Cristo.

Neste sentido importante apresentar a abordagem sapiencial da lei que decorre da interpretação dos sábios, nos provérbios. Hartley (1998, p. 662) afirma que os sábios “proporcionam uma compreensão de todos os aspectos da vida, de sorte que os jovens podem saber como se conduzir e como viver uma vida longa e abençoada (Pv 3,1s)”.

Frise-se, deste modo, que o conteúdo das Escrituras Sagradas deve ser conhecido, aprendido e executado como salientado por Price (1996, p. 16) ao invocar a palavra *discípulo* para realçar a condição de aluno ou aprendiz daquele que pretende se desenvolver segundo o texto sagrado, pois, a palavra discípulo é empregada 243 vezes no Novo Testamento ao se referir aos seguidores de Jesus. “A mensagem de Jesus como ensino aparece (39 vezes), e sabedoria (06 vezes), não dando tanto a ideia de preleção ou sermão”, mas de ensino, aprendizagem e aplicação do conhecimento para obter transformação pessoal.

Neste sentido, ainda para firmar a ideia de ensino e aprendizagem do conteúdo do texto sagrado Price (1996, p. 17) diz que Jesus “andava por toda a Galileia, ensinando a lei e os profetas nas sinagogas deles, e proclamava as boas-novas do reino curando todas as doenças e enfermidades entre o povo” (Mt 4,23). Destaca ainda que “toda obra de Jesus estava envolta em atmosfera didática, e não tanto num ar de preleções ardentes.” Os ouvintes de Jesus, por outro lado, “se sentiam à vontade para lhe fazer perguntas, e ele, por sua vez, lhes propunha questões e problemas”. O alvo era passar um modo de fazer no cumprimento da lei, mandamentos e provérbios e, de consequência aprender a lidar e se colocar em face da realidade e seus eventos, mudar o comportamento e desenvolver um estilo de vida divino ensinado por Cristo.

Os fatos acima dão ensejo a afirmar, em destaque, que a *torá* e progressivamente os ensinamentos de Jesus transmitiam conhecimentos a serem apreendidos, pois, indicavam um modo de proceder para viver a vida. Ora, Jesus ensinava no tempo do seu ministério, hoje frise-se, o ministério de ensino é do

Espírito Santo (2Co 3,8) que o faz através da inspiração pessoal. Ele ensina e consola (Jo 14,26) concede sabedoria, responde perguntas (Tg 1,5). Para que isto ocorra, o discípulo tem que desenvolver uma amizade próxima Deus, a partir dos recursos insertos na lei e nos mandamentos do amor, pois esta amizade requer unidade de propósito e santidade de conduta, que são qualificativos requeridos para a relação de onde decorre a guia de propósito na vida pessoal (Rm 8,14).

1.5 Lei do amor, natureza e função

Hackmann (2010, p.154) afirma que:

o amor tem uma longa trajetória, iniciada desde o advento da pessoa humana no nosso planeta e a acompanha desde então, enquanto segue o itinerário do ser humano no mundo. Assim, ele se torna, ao mesmo tempo reflexão e ato, porquanto toda pessoa ama e quer ser amada. Desse modo, ele ocupa um lugar preponderante na vida de todo ser humano...o amor é um conceito chave do cristianismo. Contudo, é só no Novo Testamento que ocupa um lugar central, devido a revelação plena do amor de Deus em Jesus Cristo, a ponto de se encontrar nele a compreensão da essência de Deus como amor (1Jo 4,8,16).

A atitude de amar a Deus pode ser detectada no Antigo e Novo Testamento dentro de um espectro de termos e palavras, daí a progressividade suscitada na presente abordagem. Hackmann (2010, p.156), por exemplo, indica que os “gestos salvíficos de Deus vivenciados pelo povo de Israel na experiência do Êxodo e na conquista da terra prometida (Dt 26,5-10) funcionaram como expressões do amor de Deus”, em razão da misericórdia, benevolência e lealdade para com o povo de Israel.

É de notar que no Antigo Testamento a palavra amor (*ahava*) apresenta um carácter profano e outro religioso ou teológico como ressalta Hackmann (2010, p. 156) ao dizer que os profetas Ezequiel, Oseias e Jeremias utilizavam a palavra *ahaba* no sentido profano, sexual entendendo-o como atração mútua dos sexos. Já em Os 3,1 a palavra traduz o ato sexual, entretanto, como uma figura de estilo, ao representar o amor persistente de Deus pelo povo escolhido, mas infiel.

Assim, tem-se que a palavra hebraica *ahaba* apesar de denotar sentido de relações amorosas, não se reduz à sexualidade, por estar ausente em seu sentido a “paixão libidinosa” que é substituída pelo “afeto do pai e da mãe, consanguinidade, amizade, como relações sociais e jurídicas” (HACKMANN, 2010, p. 156).

Neste sentido Silva (2009, p. 70) argumenta que o amor congrega a integralidade das nuances do ser humano e suas respectivas demandas consistentes na atração mútua pelo sexo, amizade, afeição, generosidade, desprendimento, até o amor voluntário no serviço ao outro, fato que o torna expressão única e define:

O amor cresce através do amor. O amor é divino, porque vem de Deus e nos une a Deus, e, através deste processo unificador, transforma-nos em um Nós, ao superar as nossas divisões e nos fazer ser um só, até que, no fim, Deus seja tudo em todos (1Cor 15, 28).

Neste diálogo, possível verificar a atuação do amor, como princípio unificador da percepção humana. Keating (2005, p. 180) demonstra a abrangência do termo ao dizer que “sob a influência do Amor Divino a energia sexual é gradualmente transformada em compaixão universal.” Uma transmutação fascinante que proporciona ao ser, desde o cumprimento de seu desiderato humano até sua transformação espiritual e a consequente preparação para a comunhão com Deus.

Nesta percepção frise-se que Deus é amor. Declaração encontrada em 1Jo 4,8, ou seja, uma essência autossustentável, que caracteriza Deus como tendo a vida autoregulativa, em si mesmo, pois, incriado, o que implica em afirmar que Deus, o Criador fez o ser humano sustentado pela força primordial do amor que lhe foi transmitida, pelo sopro Gn 2,7, contendo a força intrínseca da autoreconstrução do organismo do discípulo e sua integridade. Com efeito, a fé do discípulo em Jesus Cristo pode disparar a conexão pessoal com a vida de Deus (Mt 16,16).

Silva (2009, p. 70) diz que, “viver no amor é viver na verdade do que é o ser humano feito à imagem e semelhança de Deus e chamado à comunhão com Ele. É viver divinamente”. O amor, portanto, está muito além dos alvos formulados intelectualmente, posto que, com o amor Deus faz a gestão da vida.

Hackmann (2010, p. 156) entende ser impossível definir o amor em si mesmo, mas que ele pode ser descrito. Para o cristianismo, por exemplo, o amor é o sopro de Deus presente em tudo e todas as circunstâncias da vida, durante a criação e “agindo na história humana desde a experiência do êxodo até chegar ao seu ponto culminante na encarnação do Filho de Deus (Jo 1,14)”. Com efeito, o amor além de dar a vida ao discípulo, une funcionalmente o seu espírito, alma e corpo processualmente ao atender todos os seus graus de expressão e demanda. “Neste sentido, amor indica a relação de Deus para com a pessoa humana, e da pessoa humana para com Deus e das pessoas entre si”. Aqui é também possível verificar a conjugação de uma trindade de bens e interesses, em coesão dinâmica pela atuação do amor.

Parafraseando Hackmann, o amor é a essência que tudo liga e perpassa, uma argamassa divina em *moto perpetuo*, desde o início da criação até a trinca da percepção humana como efeito do precário entendimento da manifestação da vida. Com efeito, o papel do amor é restaurar a integridade da percepção que passa pela funcionalidade estrita entre o espírito, alma e corpo (1Ts 5,23).

Reforçando. No hebraico a palavra amor é *ahaba*, em grego é o substantivo feminino *agápe*, que não só representa o amor divino, mas que guarda relação semântica entre elas, como é possível verificar em *philia* (amor desapaixonado, amizade, companheirismo); *eros* (amor romântico) e *storge* (afeição). Sendo assim a ideia de mérito do amor é refletida em um espectro abrangente, progressivo, convergente e unificador, que tende ao autoaperfeiçoamento e autoregulação, até a sua expressão divina, na comunhão com Deus (HACKMANN, 2010, p. 156).

Bom repisar que a designação do amor profano, teológico são expressões do mesmo amor, dentro do seu espectro de função, sentido e papéis, ao representar a atração mútua dos sexos e afeição natural e, na ordem divina, misericórdia, sacrificar-se pelo outro, numa pauta de cumprimento de ordem progressivamente divina a refletir a essência dos seres humanos, que em primeiro momento, serve para cumprir a regra “multiplicai-vos e enchei a terra” (Gn 1,28).

O que pode ser depreendido, portanto, é que a natureza do amor está descrita por expressões conotativas que representam desde a união entre os

sexos, a amizade, afeição, o serviço desinteressado ao outro, até a sua expressão máxima, do amor de Deus pelas criaturas. Hackmann (2010, p.156) afirma que nos Cânticos dos Cânticos o “amor entre homem e mulher e o amor conjugal são fatos naturais”. O texto em 8,6 descreve que “a força da paixão e do amor é um agente positivo. Desse modo, a força erótica *éros* se afirma enquanto uma força primordial.”

Já os sentidos, religioso e teológico do amor retratam a misericórdia e a força redentora de Deus para com o povo de Israel. Frise-se, como já visto, que a aliança, lei e mandamentos têm propósitos definidos e instrutivos para a mentalidade humana, ou seja, ensinar o povo a alcançar a estabilidade orgânica, psíquica, espiritual e funcional da sua própria natureza, onde o sopro de Deus possui papel relevante, pois, com o seu domínio é possível evitar a doença e a autodestruição, para tanto, necessário perceber e aprender a lidar com o papel e a nuance progressiva da lei do amor e aprender com sua repercussão na trindade pessoal, onde afinal, o amor reconstrói a perspectiva da unidade pessoal.

Silva (2009 p. 71) nesta esteira de compreensão propõe que a conexão com Deus é acionada pela fé, “fé cristã que opera o bem”, ou seja, além de proporcionar a ligação do espírito pessoal com o Espírito de Deus, promove a atuação benéfica na vida, através do modo distintivo de amar a Deus e ao próximo como a si mesmo. Um discipulado. Um processo. Assim sendo, impulsiona a pessoa ao encontro do outro, “a cuidar do outro” que dele faz parte. Fatos que implicam em perceber o princípio funcional do amor que aparentemente opera a vida humana e motiva à formação cristã, pois, imuniza e protege o discípulo da guerra dos conflitos, manejada pelo egoísmo humano, ou seja, pode ser livre ou réu, vez que, em razão de seu livre arbítrio o ser humano opera tanto o bem quanto o mal e, desse modo, torna-se autor e réu de suas próprias criações e concepções.

Sendo assim, verifica-se destas deduções que o fenômeno do amor explicitado por Gunther (2000, p. 114) representa “uma força espontânea que impele alguém a uma coisa, ou pessoa em contraste consigo mesmo” evitando que a mente apoie sua atividade em paradigmas egoístas, do falso eu. O amor é também um fio condutor de condutas encontrado na raiz da vida social que pondera os relacionamentos entre as pessoas, ao conjugar a simultaneidade

do amor a Deus com o “amor ao próximo como a si mesmo” e consequente nucleação desta atividade (Lv 19,18).

1.6 O próximo e o si mesmo

No sentido de rememorar e ambientar a explicação do que seja o próximo e o si mesmo na resposta de Jesus na perícopé, a saber: “qual é o grande mandamento da lei? Ao que respondeu: “Amarás o Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, e de toda a tua alma, de todo o teu entendimento. Este é o grande e primeiro mandamento.” E o segundo, semelhante a este é: “Amarás o teu próximo como a ti mesmo”.

Luz (1993, p. 355-356) ressalta que, a resposta de Jesus veio com a “citação de Dt 6,5 o preceito do amor a Deus...recitado diariamente como parte do Shemá Israel.” Diz mais: “o verbo hebreu *ahava* tem um aspecto semântico muito amplo, que alcança desde o amor sexual, passando pelo amor aos membros da família, amigos, relações de lealdade política, até o relacionamento com Deus.” De “todo o coração, no sentido judeu, indica obediência.” Com “toda a alma, indica martírio.” E finalmente com “todo entendimento é um amor intelectual.”

Luz (1993, p. 357,361) aduz paralelamente ao “amar, o não furtar, não mentir, não enganar, não jurar falso testemunho, não caluniar, enfim, significa comportamento prático e solidário.” Quanto ao “próximo, era indicação somente para os israelitas.” Entretanto, “no judaísmo palestino e grego não ocorria esta restrição ao preceito. No judaísmo, se limitava ao amor fraterno ao próprio povo, enquanto no cristianismo, o amor tem alcance universal, inclusive ao inimigo.”

Luz (1993, p. 363) corrobora com o entendimento do amor a si mesmo, no sentido da ponderação e evitar os extremos indicando como regra evitar a “autoabsolutização ou a autonegação”. E acrescenta que de qualquer modo “o amor de Deus, pode equilibrar o amor do ser humano, seja para Deus, para o próximo ou a si mesmo.”

Ora, se Deus é o próprio amor e tem a vida em si mesmo, com efeito está habilitado a reger os demais destinos do amor tendo em vista a autocomposição, o auto equilíbrio, de sorte ser possível observar que os objetos ou destinos do amor são, primeiro, Deus, posteriormente, o próximo e o si

mesmo. O que está a indicar que o amor de Deus tem um potencial de ser mais forte do que a morte e eventuais desvios, pois, pode corrigir a dicotomia patrocinada pelo falso eu e promover o legítimo processo redentivo consistente nas passagens de Mateus, de onde se extrai o sistema de vida com Cristo.

O amor a si mesmo, nos mandamentos de Mateus inclui a forma correta do amor próprio. Inclusive, vale realçar algumas correntes psicológicas que entendem a necessidade de que o apreço a si mesmo gera confiança e, somente após deve-se amar a Deus e ao próximo. Essa abordagem é egoísta e proveniente do falso eu, pois, fora do padrão divino, vez que, a fonte do amor, bem como o primeiro destino da iniciativa de amar do discípulo, segundo a períclope é Deus.

Hunter (2004, p. 98) diz: “Ame seu próximo como a si mesmo, e não a você mesmo. Há uma grande diferença”. O mandamento “está nos pedindo que amemos os outros do mesmo modo como nos amamos.” E acrescenta que: “amar *agapé* é um verbo que descreve como nos comportamos, e não como nos sentimos. “Embora eu não goste muito de mim num determinado momento, ainda continuo a me amar, sabe como? Satisfazendo minhas necessidades.” Finalmente salienta o erro da “maioria de nós está na tendência de querer vir em primeiro lugar.” Coisas do falso eu.

Stott (2006, p. 250) ainda esclarece que, “gramaticalmente, Jesus disse: o primeiro mandamento é amar o Senhor teu Deus, o segundo é amar o teu próximo e o terceiro é amar a ti mesmo, ou seja, ele falou apenas no primeiro grande mandamento e do segundo, que era semelhante.” “O acréscimo de “como a ti mesmo” provê um guia tosco, fácil e prático do amor ao próximo, porque ninguém jamais odiou a sua própria carne” (Ef 5,29). Enfatiza que: “O amor próprio é um fato que deve ser reconhecido e uma regra que deve ser usada, não uma virtude a ser elogiada.” Por último, “linguisticamente, o verbo *agapao*, e o amor *ágape* significa auto sacrifício no serviço de outros e, portanto, não pode ser autodirigido, pois, sacrificar-se a si mesmo a fim de servir a si mesmo, no mínimo, é tolice.” (p.251).

1.7 Lei e profetas

Frise-se que a expressão e tópico “lei e profetas” significa toda a Escritura. A Bíblia do Peregrino (1996, p. 102) nos ajuda neste entendimento, ao dizer que em Mateus 22,34-40:

a pergunta do doutor da lei, se explica, porque os fariseus contavam 613 preceitos na lei, 365 proibições e 248 mandamentos. Era mister sabê-los e praticá-los todos. Era necessário estabelecer uma hierarquia para casos conflitivos e também porque o primeiro devia reger os demais. Mq 6,8 sintetiza todas as obrigações na lealdade com o próximo, a humildade com Deus. Jesus responde combinando Dt 6,5 com Lv 18,18. A integração dos dois amores, de Deus e do próximo, é seu ensinamento fundamental. A lei e os profetas são toda a Escritura (Mt 7,12).

Neste sentido “os rabinos diziam que o mundo depende da Torá, do culto do Templo e das ações de benignidade, ou, da verdade, da justiça e da paz. Mateus, porém, faz a própria lei depender dos atos do amor” (BROWN, FITZMYER, MURPHY, 2015, p. 201).

Carter (2002, p. 556) comenta a resposta de Jesus, dada ao doutor da lei: “Desses dois mandamentos dependem toda a lei e os profetas”. Diz que o verbo depender, como intransitivo direto e indireto significa estar “sob o domínio, dependência”. O que implica em afirmar que a lei e os conteúdos proféticos decorrem essencialmente da autocomposição do amor de Deus.

O amor é uma espécie de força essencial que está com Deus, presente na criação e patrocina a inteligência humana na formação e conscientização cristã. A lei rege os conteúdos das revelações, exortações proféticas, a dinâmica e alvo da própria vida. A palavra depender, no versículo, em grego é *krémontai* que vem do verbo *kremánumi* com o sentido básico de pendurar, pender, o que implica em deduzir, que a lei e os profetas são indissociáveis da aliança e dos mandamentos do amor que têm o condão de preparar o discípulo em sua busca viva e dinâmica da unicidade com Deus.

Neste sentido, conveniente recordar o ensino de Jesus em Mt 5,17 “Não cuideis que vim destruir a lei ou os profetas, não vim ab-rogar, mas cumprir.” Esta afirmação demonstra que Jesus interpretou, cumpriu a lei e consumou o projeto da salvação, para aquele que crê. Carter (2002, p. 556,557) diz que “a lei e os profetas é a revelação da vontade de Deus, os quais Jesus interpreta e realiza. Jesus respondeu ao escriba de um modo que reafirma o que está no

coração de Deus e revelado pela Torá”. O amor compõe e integra o estilo de vida do discípulo e da comunidade cristã, pois, é expressado em suas condutas e atividades diárias. “O amor é fidelidade vivida e compaixão ativa. Citando Dt 6,5 e Lv 19,18, Jesus reivindica a autoridade desta tradição dada por Deus. É por esta autoridade (21,13) que ele ensina e vive como faz.”

Herbert (1998, p. 330) frisa que “em essência a lei era aquilo que o rei queria. Seus desejos rapidamente se tornavam lei.” Bom frisar aqui a existência de dois tipos de rei, de um povo específico ou o Rei do povo hebreu que lhe deu as dez palavras. Por outro lado, “lei chega próximo do sentido de “costumes” e “práticas religiosas.” Hartley (1998, p. 661,662) acrescenta que a “lei de Deus mostra interesse por todos os aspectos da vida humana, a qual deve ser vivida debaixo da direção e cuidados divinos.” “O significado da palavra adquire uma perspectiva mais ampla à luz de Deuterônomo, porque é um livro que interpreta a lei exterior à luz do efeito desejado nas atitudes interiores do homem.” A lei, portanto, tem a função de regular a vida da alma (mente).

Profeta segundo Culver (1998, p. 904) é ser “porta-voz, que extravasa palavras, com mente fervorosa ou sob inspiração divina, como os profetas e poetas.”. Importante destacar que “a ideia da palavra profeta é a de porta-voz autorizado ou oficial. Os intérpretes têm descoberto a ideia básica não na etimologia, que se perdeu nas brumas da antiguidade, mas no uso geral da palavra.” Dois exemplos clássicos de profeta e profecia, em destaque, são os do profeta Moisés que falava com Deus “face a face” (Êx 3,4-5 e Dt 18,9-22) e, deste modo, “houve um anúncio formal da existência do ofício.” Com Moisés, Deus firmou “uma linhagem de profetas que falaria (ou escreveria) com a mesma autoridade. Deu ordem aos israelitas para prestarem aos profetas a mesma obediência (Dt 18,15,18,19).”

Autores mais contemporâneos, em destaque, Nee (2003, p. 87,88) afirma que “é por intermédio da lei que Deus revela a si mesmo e também a sua vontade. Da mesma maneira, é pela intuição do crente que ele nos faz conhecer a si mesmo e também a sua vontade, para andarmos de acordo com ela.” Desse modo, avalia que “como a alma tem sentidos (vontade, emoção e razão), o espírito também tem (intuição, comunhão e consciência).” “A utilidade espiritual do homem está em sua intuição, comunhão e consciência, e não nos seus pensamentos” que decorrem da vontade, emoção e razão pessoais.

Alguns exemplos bíblicos comprovam a assertiva acima que ocorre somente quando a mente está concordante com o espírito do crente, e deste modo, é por ele guiado: “(Mt 26,41) O espírito, na verdade, está pronto.” “(Mc 2,8) percebendo logo por seu espírito.” “(Jo 4,23) Adorarão o Pai em espírito e em verdade.” “(Jo 11,33) Agitou-se no espírito e comoveu-se.” “(Rm 12,11) Sede fervorosos de espírito” (NEE, 2000, p. 89,90). Como já visto as expressões do espírito são a intuição, comunhão e consciência.

Frise-se que a progressividade dos acontecimentos e ensinamentos bíblicos evidenciam a presença espiritual de Deus no meio de seu povo (Lv 26,11,12) “E porei o meu tabernáculo no meio de vós, e a minha alma de vós não se enfadará. E andarei no meio de vós e eu vos serei por Deus, e vos me sereis por povo.” Em Ez 36,27, o Senhor diz assim: “E porei dentro de vós o meu espírito e farei que andeis nos meus estatutos, e guardeis os meus juízos, e os observeis.” Em At 2 esta promessa se cumpriu e o Espírito de Deus veio habitar no ser humano. Tanto que em 1Co 3,16 ensina “Não sabeis vós que sois o templo de Deus e que o Espírito de Deus habita em vós?”

Com efeito é de concluir que ocorreu uma divina progressividade educativa na cronologia dos acontecimentos bíblicos, onde Deus se revelou ao povo hebreu, deu-lhe a lei, o Tabernáculo e, finalmente, veio morar dentro do discípulo de Cristo. Isto implica, na possibilidade de concluir que o profeta (discípulo) continua sendo o porta-voz de Deus, entretanto, o modo de profetizar foi alterado, pois, tem por base o desenvolvimento dos qualificativos do espírito pessoal (intuição, comunhão e consciência) que, com a lei da cooperação em que mente convertida concorda com o espírito, certamente, vai auxiliar o discípulo a percorrer os meandros do caminho estreito sob a direção do Pai.

Na conexão da mente com o espírito, o discípulo é instruído nos estatutos de Deus através da intuição, de sua consciência criando uma mentalidade interativa com Deus. Talvez importante suscitar aqui a eficácia da leitura e interpretação progressiva dos eventos e registros testemunhais das Escrituras que devem ser vistos no sentido de extrair os benefícios das mensagens simbólicas, ou seja, detectar a evidência de que os conteúdos bíblicos traduzem o ensino, aprendizagem e capacitação da alma (mente) do discípulo a administrar o fluxo da vida, seus impulsos no sentido de desenvolver um estilo de vida com Cristo, onde o amor tem papel primordial.

Afinal a tarefa no discipulado cristão é possibilitar ao discípulo desenvolver uma amizade estreita com Deus e alcançar a performance da nova justiça indicada em 1Pe 2,9 “Mas vós sereis a geração eleita, o sacerdócio real, a nação santa, o povo adquirido, para que anuncieis as virtudes daquele que vós chamastes das trevas para a sua maravilhosa luz.”

1.8 Versão sinótica: Mateus 22,36-40; 2. Marcos 12, 28-31; Lucas 10,25-27³

<p>Mestre, qual é o grande mandamento da lei?</p> <p>Respondeu-lhe Jesus:</p> <p>Amarás o Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, e de toda a tua alma, e todo o teu entendimento.</p> <p>Este é o grande e primeiro mandamento. O segundo, semelhante a este, é: Amarás o teu próximo com a ti mesmo.</p> <p>Destes dois mandamentos dependem toda a lei e os profetas.</p>	<p>Aproximou-se dele um dos escribas que os tinha ouvido disputar, e sabendo que lhes tinha respondido bem, perguntou-lhe: Qual é o primeiro de todos os mandamentos?</p> <p>E Jesus respondeu-lhe:</p> <p>O primeiro de todos os mandamentos é: Ouve, Israel, o Senhor nosso Deus é o único Senhor.</p> <p>Amarás, pois, ao Senhor teu Deus de todo o teu coração e de toda a tua alma, e de todo o teu entendimento, e de todas as tuas forças,</p> <p>este é o primeiro mandamento. E o segundo, semelhante a este, é: Amarás o teu próximo com a ti mesmo.</p> <p>Não há outro mandamento maior do que estes.</p>	<p>E eis que se levantou um certo doutor da lei, tentando-o e dizendo: Mestre, que farei para herdar a vida eterna? E ele lhe disse: Que está escrito na lei? Como lês?</p> <p>E respondendo ele, disse:</p> <p>Amarás ao Senhor teu Deus de todo o teu coração, e de toda a tua alma, e de todas as tuas forças, e de todo o teu entendimento,</p> <p>e ao teu próximo como a ti mesmo.</p> <p>E disse-lhe: Respondeste bem; faze isso, e viverás.</p>
--	--	--

Destaque-se que a perícopos explorada neste trabalho é a de Mateus, no entanto, frise-se, para conhecimento, que nas duas passagens paralelas de (Marcos e Lucas) as disputas se repetiam tendo como objeto o conhecimento e

³ As versões sinóticas constam na Bíblia João Ferreira de Almeida, Revista e Corrigida

aplicação da Torá e que revelam nuances enriquecedoras. Em Mateus, Jesus foi interpelado, por um fariseu, Mestre, doutor da Lei. Na perícopre de Marcos foi um escriba que interpelou Jesus. Os escribas não faziam parte de nenhum partido, como os fariseus e saduceus, mas, eram exímios copistas das Escrituras.

Na perícopre de Lucas a situação se mostra um pouco diferenciada, vez que, o doutor da lei que interpelou Jesus quis saber como seria possível alcançar a vida eterna, o que traduz o conteúdo da perícopre como instrumento para se alcançar uma meta. Os três atores e perguntadores tinham domínio da interpretação da lei mosaica e oral e se constituíam em defensores ferrenhos dos textos da Torá.

Frise-se, contudo, que Carter (2002, p. 33) resumiu a correlação entre os evangelhos afirmando que “simplesmente não se conhece quem escreveu o evangelho de Mateus”. Mateus, apesar de escolhido (9,9) não foi uma “testemunha especial de acontecimentos privados, como o batismo ou a transfiguração de Jesus (ver 17,1).” “Foi o oitavo na lista de discípulos em 10,3-4.” “Além do mais este evangelho depende significativamente do evangelho de Marcos, escrito em 70 d.C. O evangelho de Mateus provavelmente não foi escrito até o ano 80 ou 90 do primeiro século.” “No final Mateus é considerado uma figura histórica.”

No final todos os evangelhos, Mateus, Marcos e Lucas dependeram dos Escritos de Jesus ou fonte *Quelle*, com acentuada influência entre um e outro, entretanto o evangelho de Marcos, na verdade foi o primeiro evangelho escrito, que influenciou objetivamente Mateus e Lucas, isto a despeito da classificação e ordem dos evangelhos encontrados nas Bíblias.

1.9 Versão sinótica de Marcos

Observa-se, nesta perícopre os aspectos repetitivos. Myers (1992, p. 378) diz que Deus é “Deus dos vivos”; “a fidelidade do Deus de Israel, como poderoso doador da vida”; a contraposição ao “rude materialismo dos poderosos” que em suas interpretações da lei oprimiam os mais fracos e finalmente que “no mundo de Deus, mulheres e homens não mais se relacionam

entre si em termos de dominação e dependência patriarcais, mas como pessoas que vivem na presença do Deus vivo”.

Neste sentido, importante realçar o conteúdo de mérito das alianças formadas com o povo de Deus, das quais destaco uma, por julgá-la mais próxima da perícope de Marcos, vez que, ao responder à pergunta do escriba sobre “qual é o primeiro de todos os mandamentos”, Jesus realçou Dt 6,4: “Ouve, Israel, o Senhor nosso Deus é o único Senhor.” Somente após descreve sobre as condutas pessoais do discípulo em amá-lo acima de todas as coisas, força, entendimento e ao próximo como a si mesmo.

Deste modo, importante destacar que, a aliança eterna de Deus com Abraão e sua posteridade, na atualidade, pode ser feita com a lei do amor das perícopes que, em tese têm o papel fundamental de proporcionar uma comunhão eficaz do discípulo e Deus, com exímia perícia, com possibilidade de resgatar a aliança de Deus com Abraão, como é possível depreender do texto de Êx 6,7 “E eu vos tomarei por meu povo, e serei vosso Deus, e sabereis que eu sou o Senhor, vosso Deus, que vos tirou debaixo das cargas dos egípcios.”

Myers (1992, p. 379) diz que Marcos, considerado o primeiro evangelho retratou o escriba como um dos seus “superadversários”, pois, empreendia com Jesus uma “discussão rabínica da Torá.” A discussão sobre os “mandamentos” lembra atritos anteriores com os fariseus (7,8;10,5) e demonstra íntima afinidade com a narrativa da rejeição de Jesus.” Todos os embates denunciam um interesse comum em identificar o “elemento ideológico central: o maior mandamento”. Como também, o interesse de desconstruir a autoridade de Jesus, que os contendores não acreditavam ser de origem divina.

Myers (1992, p. 379) argumenta que este foi o “último confronto direto de Jesus com seus adversários antes de ser preso e perseguido por eles e nele (escriba) Jesus os silencia de uma vez por todas.” Nas respostas de qual o primeiro de todos os mandamentos, Jesus brilhante e resumidamente citou o *Shemá* Dt 6,4s e foi mais preciso que Mateus, repetindo, ao realçar o fato de que “o Senhor nosso Deus é o único Senhor.” E que Ele deve ser amado sobre todas as coisas. Este é o primeiro mandamento e o segundo: Amar ao próximo como a si mesmo. Afirma finalmente que não há outro mandamento maior que estes.

Bom destacar também que a tradição retratada em Levítico 19,18 trata o amor ao próximo, “como sendo não-exploração.” Enfim, quem ama, não

explora o outro. Aparentemente, o escriba concordou, ao atribuir inteligência incomum a Jesus e considerar que estes mandamentos também se constituem acima dos “holocaustos e sacrifícios.” Ao que Jesus conclui a narrativa da perícopes com a declaração de que o escriba “não está longe” do reino de Deus (12,34).”

Taylor (1980, p. 585) assevera que “os rabinos discutiam com relativa frequência sobre qual era o primeiro mandamento da lei e qual era o meio mais suave de cumpri-lo.” Como resposta a esta pergunta, sempre se socorriam e repetiam a história de Hillel, mestre rabino que, ao instruir um prosélito fez um resumo de toda a Torá, que aparentemente Jesus também o fez, dizendo: “O que não queres para ti, não faças para os outros.” Afirmava ainda que “este era o resumo da lei e que o resto era somente comentário, vá e aprende.”

1.10 Versão sinótica de Lucas

Na versão da perícopes em Lucas, o encontro se deu com um doutor da lei que indaga Jesus: “Mestre, que farei para herdar a vida eterna”? Ora, verifica-se de antemão, que a pergunta configura um sentido prático e finalístico da lei do amor, talvez um instrumento para a conquista de um *status* que designava o modo de alcançar a vida eterna, como também configurar, em hipótese, uma preparação para a parábola do bom samaritano que vem logo a seguir, como se exemplificasse a prática dos mandamentos do amor.

O doutor da lei, na armadilha que pretendia, quis qualificar as disputas com Jesus, não quis saber qual era o grande ou primeiro mandamento da lei, por talvez, entender que provocaria uma resposta simples e direta, mas, diferentemente, se ateu na aplicação do mandamento. Este foi o contexto empreendido na pergunta.

Taylor (1980, p. 583) indica, inicialmente, “que a narração paralela de Q” foi conservada em Lc 10,25-28, o que também resultou na influência da passagem de Mt 22,34-40. Ressalte-se que na versão paralela de Lucas, diferentemente das outras versões paralelas de Mateus e Marcos, o diálogo se desenvolveu, aparentemente com um tom respeitoso, em que o escriba (doutor da lei) mais se parecia um discípulo de Jesus, ao qual ensinava.

Após a pergunta, sobre como poderia herdar a vida eterna, Jesus travou o seguinte diálogo: “Que está escrito na lei? Como lê?” Jesus aqui inverteu o diálogo, oportunidade em que o doutor habilitado na lei respondeu com objetividade: “Amarás ao Senhor teu Deus de todo o teu coração, e de toda a tua alma, e de todas as tuas forças acrescentando e de todo o teu entendimento, e ao teu próximo como a ti mesmo.” Jesus, o rabi, respondeu de maneira a concluir o assunto dizendo-lhe: “Respondeste bem; faze isso, e viverás.”

O diálogo entre Jesus e o doutor da lei prossegue, em atitude amistosa e extrapola o texto da perícopre a esclarecer sobre quem é o próximo, como objeto complementar. Desse modo, perguntou o doutor a Jesus “quem é meu próximo”. Resposta em Lc 10,29-37:

Ele, porém, querendo justificar-se a si mesmo, disse a Jesus: E quem, é o meu próximo? E, respondendo Jesus, disse: Descia um homem de Jerusalém para Jericó, e caiu nas mãos dos salteadores, os quais o despojaram, e espancando-o, se retiraram, deixando-o meio morto. E, ocasionalmente descia pelo mesmo caminho certo sacerdote; e, vendo-o, passou de largo. E de igual modo também um levita, chegando àquele lugar, e, vendo-o, passou de largo. Mas um samaritano, que ia de viagem, chegou ao pé dele e, vendo-o, moveu-se de íntima compaixão. E, aproximando-se, atou-lhe as feridas, deitando-lhes azeite e vinho; e, pondo-o sobre a sua cavalgadura, levou-o para uma estalagem, e cuidou dele; E, partindo no outro dia, tirou dois dinheiros, e deu-os ao hospedeiro, e disse-lhe: Cuida dele: e tudo o que de mais gastares eu to pagarei quando voltar. Qual, pois, destes três te parece que foi o próximo daquele que caiu nas mãos dos salteadores? E ele disse: O que usou de misericórdia para com ele. Disse, pois, Jesus: Vai, e faze da mesma maneira.

Taylor (1980, p. 587) diz que “Clemente de Alexandria, Agostinho, Tomás de Aquino, Lutero e outros grandes escritores cristãos estudaram profundamente o problema do amor ao próximo como a si mesmo.” Interessante notar o resultado. Um primeiro deles que vale registrar é que “O amor ao próximo, não era somente uma forma de amar a Deus, mas uma forma mais elevada de amar a si mesmo e que o amor a Deus amplificava o amor recebido e o dirigia para o próximo.” Frise-se, por oportuno, com base na parábola acima que o amor retratado por Jesus não envolvia só sentimento, mas ação, vontade e responsabilidade pelo próximo.

Desse modo, para realçar o entendimento da natureza do amor ao próximo invoca os preceitos constantes de Lv 19,18 no sentido de estimular e ensinar o povo de Deus a não guardar ira e nem se vingar do próximo, pois, mais do que isso, deveria “olhar o próximo com bons olhos”, apesar das ofensas eventualmente recebidas. Neste sentido é o mérito da parábola citada por Jesus. Tg 2,8 “qualifica o amor ao próximo de lei régia (real)”. E destaca que esta lei real exerce “influência criativa no exercício do preceito de amar ao próximo na consciência social da igreja e ao longo dos séculos” (TAYLOR, 1980, p. 587).

Taylor (1980, p. 588) afirma que Jesus apresentou uma “indissolubilidade entre o amor ao próximo e o amor a Deus, posto que, este amor “nasce do amor a Deus”. Destaca ainda que o amor a Deus e ao próximo como a si mesmo é “uma combinação que se encontra na Didaquê.” Didaquê é compilação das instruções dos doze apóstolos ou ainda a doutrina dos doze apóstolos. Esta combinação era “conhecida desde a época de Jesus e que se encontrava no manual judaico para instrução do novo convertido.”

Finalmente, Jesus na explicação da parábola do bom samaritano descreveu o fato de que, voluntariamente, quem ama ao próximo, ama a Deus (1Jo 4,21). A conduta combinada e interativa elimina a incerteza do discípulo ao amar um Deus invisível dada a indissolubilidade entre o amor a Deus e ao próximo como a si mesmo e criar uma mentalidade pessoal interativa, na formação do discipulado cristão. Este fato edifica um circuito de ações que, certamente, com bom senso e equilíbrio pondera a construção da mente de Cristo no discípulo de Jesus.

Isto posto, depreende-se das assertivas ora desenvolvidas, o desenho do caminho de construir um relacionamento fácil e objetivo entre o discípulo e o Deus único tendo o amor como guia deste empreendimento que pode funcionar como uma argamassa, cujas condutas de amar a Deus e ao próximo, como a si mesmo podem formar uma disposição circular, concêntrica (um vórtice de energia psíquica, comportamental e orgânica) donde poderá seguir a construção de hábitos ao compor um sistema benéfico, funcional e operacional, no discípulo, com o papel de regular conscientemente os impulsos da vida pessoal com conotação divina, aqui e agora.

2. O CONTEXTO DO EVANGELHO DE MATEUS

Após a articulação funcional dos mandamentos do amor e sua operacionalização, importante conhecer o apóstolo Mateus e detectar o modo em que ele trabalhou os conflitos tendo como pano de fundo o judaísmo *versus* cristianismo. Verificar o ambiente e as situações determinantes que, no final, servirão de base para a constituição dos elementos da hipótese perseguida.

A proposta para o discipulado ideal está em demonstrar a influência determinante das condutas amorosas de amar a Deus, ao próximo e a si mesmo que repercutem na edificação da plenitude do discípulo, bem como, no desenvolvimento de um estilo de vida com Cristo.

2.1 O evangelho de Mateus

Sabe-se, pelo texto sagrado, que a lei de Moisés vigorou até os dias de João Batista (Lc 16,16), entretanto, com o anúncio do Reino dos Céus, a interpretação e cumprimento da lei por Jesus faz uma espécie de rompimento com o judaísmo e atualização que promoveu o surgimento do Novo Testamento (cristianismo). Desse modo, a Justiça divina se realiza na conjugação de mérito do decálogo e da lei do amor que, de certo modo, traduz a nova justiça, profundamente assessorada pela fé.

O amor a Deus e ao próximo como a si mesmo, além de compor uma funcionalidade gerencial básica que governa progressiva e beneficentemente a vida possibilita o exaurimento dos conteúdos legais trazidos por Moisés e todas as reflexões e revelações dadas pelos Profetas. Lei e Profetas traduzem as Escrituras Sagradas.

Os Profetas são discípulos, que como boca de Deus têm o objetivo de resgatar e ensinar ao ser humano a tomar partido do modo de viver no Reino dos Céus utilizando bases paradigmáticas fornecidos pelos mandamentos do amor para recompor a percepção dividida pela ciência da árvore envenenada (bem e mal). Nova justiça, portanto, está constituída no livro de Mateus, pelo amor e, propõe ensinar o discípulo a escolher somente o bem e criar, em seu interior, o núcleo básico da bondade, que vai governar as ações ulteriores, de sorte a comprovar o ensino da dependência transmitido em Mt 22,40.

Neste capítulo, vamos conhecer quem foi Mateus, o convite, o modo em que recebeu e registrou os mandamentos do amor e, de consequência, procedeu sua interpretação e cotidianização no interior da sua resistente comunidade ao tempo da destruição do templo de Jerusalém e dominação estrangeira. Mateus era o apóstolo de Jesus, o que implica no esforço exegético para determinar o fio de ligação das condutas sugeridas no decálogo e no amor.

Este fato encaminha o surgimento de uma nova proposta de justiça. Uma nova maneira de proceder, vez que, quem ama, segundo Jesus, cumpre toda a lei e profetas e, de consequência consoma o projeto de resgate, ou seja, a formação espiritual do discípulo com possibilidade objetiva e consciente de comunhão entre o discípulo e Deus, o próximo e o si mesmo. Isto, claro, para aquele que crê.

2.2 Quem foi Mateus?

Almeida (2010) rememora Mateus em uma época em que era também conhecido como Levi. Era Galileu, natural de Caná – Galileia e considerado “hebreu dos hebreus”. Filho de Alfeu (também coletor de impostos). O significado do nome Mateus é “presente ou dom de Deus”. Era publicano, chefe dos coletores. Trabalhava para Herodes na alfândega em Cafarnaum. Registre-se, antecipadamente, que Caná foi ambiente do primeiro sinal extraordinário de Jesus, ao participar de um casamento e transformar água em vinho. Cafarnaum, por sua vez foi também sede de ações ministeriais e evangelizadoras de Jesus.

Em razão do domínio do império romano os cobradores de impostos estavam espalhados por todo o reino, com a função de cobrar taxas que o povo lhe devia, assim sendo, cobrava impostos dos produtos que passavam na estrada de Damasco para o mar Mediterrâneo. Assim, a ambientação identificada, inicialmente, no livro de Mateus se caracterizou por duas situações adversas enfrentadas; uma foi o domínio do império romano, a outra os desentendimentos consistentes em controvérsias motivadas pela mensagem de Jesus, sua morte, ressurreição, vida e obra, principalmente em meio aos judeus.

Nos evangelhos de Mt 9,9; Mc 2,14 e Lc 5,2-27 consta que Jesus chamou Levi para segui-lo quando ainda estava no trabalho. Levi, após o chamado de Jesus, informam os evangelhos, que ele deixou a alfândega e

seguiu Jesus passando a compor o grupo dos apóstolos. Almeida (2010) teólogo e articulista informa que Mateus e Levi eram a mesma pessoa e que na época era possível ser conhecido por dois nomes semitas, no caso Levi/Mateus. Informa mais, que a partir de suas pesquisas identificou que somente Jesus chamava Levi, de Mateus.

Parafraseando, destaco que, de certo modo, no roteiro desse trabalho, talvez seja possível aproximar Mateus do alegado “presente de Deus”, significado do seu nome, fato muito exaltado à época, principalmente ao considerar o seu envolvimento com Jesus, sua mudança de nome, sua doutrina na formação do seu evangelho e da comunidade resistente, ao narrar a sua vida e obra, sem ter tido muito proximidade com todos os eventos que envolviam Jesus. Supõe-se, contudo, que a alcunha ou o epíteto de Mateus a Levi estivesse fundada em uma particularidade moral, motivo pelo qual foi chamado a compor os doze apóstolos, uma razão moral e espiritual que o ligou ao ministério de Jesus.

O nome de Mateus, portanto, aparece nas três listas dos apóstolos (Mt 10,3; Mc 3,18 e Lc 6,15). Além disto, ele também foi mencionado em At 1,14 como membro de uma comunidade resistente que perseverou na fé e prática do evangelho após a morte de Cristo, manteve a coerência de temas do Antigo Testamento, por isto considerado o “hebreu dos hebreus”, posto que, estava afinado com a ciência véterotestamentaria.

Os três sinóticos, por sua vez, dão conta que Levi teve o seu nome mudado por ocasião de seu chamado a compor os apóstolos de Jesus, fato ocorrido logo após o convite feito por Jesus para segui-lo. Mateus, portanto, convidou o Mestre para um banquete em sua casa, onde se juntaram a eles vários publicanos e outros convidados, como descrito em Mt 9,9-13:

E Jesus, passando adiante dali, viu assentado na alfândega um homem chamado Mateus e disse-lhe: Segue-me. E ele, levantando-se, o seguiu. E, aconteceu que, estando ele em casa sentado à mesa, chegaram muitos publicanos e pecadores e sentaram-se juntamente com Jesus e seus discípulos. E os fariseus, vendo isso, disseram aos seus discípulos: Por que come o vosso Mestre com publicanos e pecadores? Jesus, porém, ouvindo, disse-lhes: Não necessitam de médico os sãos, mas sim, os doentes. Ide, porém, e aprendei o que significa: Misericórdia quero e não sacrifício. Porque eu

não vim para chamar os justos, mas os pecadores, ao arrependimento.

Um breve destaque à diferença encontrada no texto convite feito por Jesus, a Mateus. O detalhe em Marcos é Jesus dizer que não veio “chamar os justos, mas sim, os pecadores”. Em Mateus e Lucas a passagem do convite ocorreu a especificação da finalidade do convite, ou seja, que estava convidando “os pecadores, ao arrependimento.” Um modo de perdoar.

Os cobradores de impostos eram bem vistos pelos romanos e mal vistos por seus conterrâneos que, por sua vez, respeitavam o primeiro mandamento “não terás outros deuses” (Ex 20,30). Assim sendo, proibiam aos judeus tocarem nas moedas do império romano que tinham o rosto do imperador gravado nelas. Com efeito, Levi era considerado um pecador, fato relatado nos evangelhos em Mt 11,19; Lc 7,34 e 15,1. Jesus, no entanto, combateu esta interpretação farisaica dos judeus e se posicionou ao demonstrar as razões do seu evangelho, que na sugestão feita por Ferreira (2011), Jesus veio para redimir os marginalizados e oprimidos (Mt 9,12). Redimir é reaver a liberdade concedida pelo Criador.

Registre-se que o relacionamento dos doze apóstolos com Jesus era de comunhão, ou seja, sintonizados pela mesma intenção, por isto, certamente foram escolhidos para o cumprimento do “ide por todo o mundo, pregai o evangelho a toda criatura” (Mc 16,15). Um novo modo de vida definido por Jesus e defendido como evangelho, pois continha proposições que fundamentavam um modo de proceder que liberta o discípulo dos métodos de opressão cognitiva deste mundo sujeito ao bem misturado com o mal (ciência do bem e mal).

No final do evangelho de Mt 28,16-20 está escrito que Jesus apareceu aos onze apóstolos, inclusive a Mateus, que o adoraram. Este fato noticia a autoridade espiritual influente de Jesus, vez que, surpreendentemente envolveu Mateus e os outros apóstolos motivando-os a cumprir tarefas dadas a cada um, depois da escolha:

Os onze discípulos foram para a Galileia, à montanha que Jesus lhes havia indicado. Ao vê-lo, ajoelharam-se diante dele. No entanto, alguns duvidaram. Jesus se aproximou e lhes disse: “Toda a autoridade me foi dada no céu e sobre a terra. Vão, portanto, e façam que todas as nações se tornem discípulas, batizando-as em nome do Pai do Filho e do Espírito Santo, ensinando-as a observar tudo o que

lhes ordenei. Eis que eu estou com vocês todos os dias, até o fim dos tempos” (BIBLIA PASTORAL, 2013).

Conveniente observar, na versão de Overman (1997, p. 134) que a partir do momento indicado no verso acima, “o ministério para os discípulos em Mateus envolve entendimento, instrução e o exercício de uma autoridade incomum que a comunidade acredita ter sido concedida a eles por Jesus.” Importante realçar que “Mateus também acredita que a Lei e os Profetas podem ser compreendidos e cumpridos. Os membros da comunidade podem praticar de forma completa e adequada a justiça que Deus espera deles” (p.135).

Entretanto, em relação à ordem dada a todos os discípulos Dennis Allan (2017) descreve que ela foi feita em um encontro de trabalho entre Jesus e Mateus que criou uma motivação que repercute em sua comunidade, pois, além da autoridade foi traçada a perspectiva ou a cosmovisão da qual os discípulos e Mateus utilizariam nas suas persistentes narrativas do evangelho de Jesus:

Jesus agiu durante um período de quarenta dias para preparar seus apóstolos para sua missão de levar a mensagem do evangelho ao mundo. O final de cada um dos quatro registros da vida de Jesus na Bíblia (Mt; Mc; Lc e Jo) descreve a interação de Jesus com os apóstolos depois da ressurreição.

A autoridade de Jesus transmitida aos discípulos e, de consequência à comunidade, teve origem divina. Parafraseando Dennis Allan, Jesus instruiu os apóstolos sobre seu trabalho, cujo ponto de partida era a vinda do Espírito Santo em Pentecostes, como se depreende da citação em At 2,1-4, promessa cumprida pouco tempo depois da ascensão de Jesus. Conveniente destacar que o caráter da mensagem e a consequente autoridade vieram do efetivo batismo dos discípulos pelo Espírito realizado pelo próprio Jesus, antes de Pentecostes, ao soprar sobre eles. Este sopro foi uma espécie de certificação de competência e poder que os discípulos receberam, influência divina direta para cumprirem as tarefas designadas. O relato do batismo único está em Jo 20,21-23:

Disse-lhes, pois, Jesus outra vez: Paz seja convosco; assim como o Pai me enviou, também eu vos envio a vós. E, havendo dito isto, assoprou sobre eles e disse-lhes: Recebei o Espírito Santo. Aqueles a quem, perdoardes os pecados lhes são perdoados; e àqueles a quem os retiverdes lhes são retidos.

Frise-se que este evento, apesar de ter afetado todos os discípulos de Jesus foi anunciado somente em João, conforme descrito acima, mas, de repercussão duradoura e permanente em todos, para os fins a que se destinavam.

Este evento foi uma espécie de validação para a autoridade, através do qual transmitiu poder e propósito missionário aos discípulos que transcendeu as suas competências comuns, mas, que repercutiu no ide a pregar o evangelho. Ora, o trabalho dos apóstolos teve uma notada e consistente progressão geográfica na divulgação do evangelho de Jesus Cristo, pois iniciou em Jerusalém e se estendeu até “toda a Judeia e Samaria e até aos confins da terra” (At 1,8).

Conveniente salientar que, a autoridade dos apóstolos para a missão mundial não decorreu de suas competências escolásticas, pois, eram pessoas simples e do povo, mas de boa-fé, a exceção ode Lucas que era médico e, no caso de Mateus, um presente de Deus, que, em tese, assimilou e transmitiu a essência progressiva dos ensinamentos celestes iniciados com o Antigo Testamento até o Novo Testamento e, o fez, principalmente na Galileia.

Novamente, importante ressaltar que a autoridade de Jesus está fincada no próprio Deus, conforme se depreende da resposta atestada por Jo 14,6: “Eu sou o caminho, a verdade e a vida. Ninguém vem ao Pai, a não ser por mim”. Desse modo, Mateus, estava espiritualmente autorizado com poder, honra e glória de Deus. Com efeito, destaque-se que, o ministério de cada apóstolo, inclusive o de Mateus foi motivado e autorizado pelo Espírito de Deus que sobre eles foi soprado (Jo 20,22).

Dennis Allan (2017) destaca que foi nesse pano de fundo que a ordem de ensinar todas as nações foi dada por Jesus (Mt 28,19) e foi sob a motivação e direção do Espírito que originou e se desenvolveu o evangelho de Mateus, vez que, uma nova postura em relação aos eventos sociais se desenhava, na prática pessoal e, na prática da comunidade mateana. Daí ser uma comunidade resistente.

Sua divulgação e expansão, no entanto, acabaram por provocar conflitos que originaram nos desencontros de interpretações e entendimento do evangelho de Jesus, tendo em vista, as verdades lançadas no Antigo

Testamento, comuns durante a história da formação do cristianismo, notadamente em face aos judeus.

Tendo em vista as ocorrências retro mencionadas, importante conhecer a perspectiva de Mateus e a problemática enfrentada na construção do evangelho consistente na sua narrativa ao abordar a saga de Jesus e seus ensinamentos que apontavam para uma estratégia de preservação da vida com equilíbrio e proatividade, uma cosmovisão fincada na formação da ética humana.

Estes fatos exprimem as circunstâncias que envolveram toda a “resistente comunidade mateana” no percurso da sua autodeterminação e enfrentamento do meio-ambiente onde se encontrava, aparentemente hostil e, construir um modo de viver divino e responsivo, no relacionamento com Deus, com o próximo e consigo mesmo, um circuito novo, o evangelho de Jesus Cristo, no dizer de Oliveira (2015).

A hostilidade, mais notada e básica, se circunscreve ao fato bíblico, primeiro, Jesus era promessa divina (Is 7,14): “Portanto, o Senhor mesmo vos dará um sinal eis que a virgem conceberá e dará à luz um filho e lhe chamará Emmanuel”. Desse modo, o Verbo de Deus se fez carne e conviveu entre nós, demonstrando com poder, a existência de um mundo novo, um jeito novo de ser através de uma estratégia que colocaria Deus dentro dos discípulos e os reconduziria ao modo de vida do Reino.

Entretanto, esse mesmo Jesus, promessa viva de Deus, foi rejeitado pelos doutores da lei, cujos atores, saduceus, fariseus e escribas, patrocinaram a sua morte e crucificação, no entanto, ressuscitado no terceiro dia e habitou à direita do Pai, fato que, em resumo apertado, demonstra o exaurimento do projeto de salvação, portanto, um projeto vivo e consumado e, pronto para ser imitado e executado pelo discípulo, no aprendizado de relacionamento com Deus, com o próximo e consigo mesmo.

No entanto, se a comunidade judaica fora hostil com Jesus em seu ministério, imagine os seus seguidores durante o processo de resistência, cotidianização da fé e, a institucionalização da comunidade mateana. Mateus era um veterotestamentário e procurava apaziguar os ânimos aproximando Jesus da promessa, mas, mesmo assim o conflito estava presente. Segundo Overman (1999) o conflito que permeou a igreja mateana em formação estava pautado na controvérsia da lei, cruz e graça.

Havia desentendimento na interpretação dessas figuras simbólicas acima citadas no seio da comunidade que sofreu perseguição, como por exemplo, a execução do apóstolo João como início das fortes hostilidades objetivas (vias de fato) contra os cristãos, persistindo até a época de Mateus. Os paradigmas cristãos eram diferentes e os resultados a serem alcançados também, posto que, inevitavelmente o Espírito de Deus seria colocado no interior do discípulo que exercitasse os mandamentos do amor no seu dia a dia.

Sobressai do texto acima uma perspectiva de mérito do ministério de Jesus, no sentido de orientar a gerência pessoal dos comportamentos dos discípulos e construir uma mentalidade interativa orientada pelas formulações do propósito da vida, cuja desorientação decorreu do seu afastamento do Criador. Com efeito, o evangelho proporcionou ao discípulo o desenvolvimento de uma estratégia de entendimento fundada no grande mandamento da lei, expresso na passagem de Mateus 22,36-40 e, que aponta na direção da formação de um mecanismo de condutas éticas e benéficas reguladoras das tensões e dos conflitos pessoais e sociais.

No dizer de Segundo (1997) a igreja mateana se localizava no contexto da fronteira da sírio-palestina, onde aparente e efetivamente ocorreu a ruptura entre os seguidores de Moisés e os de Jesus. Na igreja mateana os cristãos gozavam de certa liberdade a partir da qual podiam estruturar a própria comunidade, pois, se serviam de alguns privilégios sociais, diferentemente, dos cristãos de outras localidades que eram oprimidos e expulsos das sinagogas.

Bom estreitar a compreensão quanto ao processo percorrido na construção de mérito do evangelho de Mateus, vez que discorria sobre um personagem que teve nascimento, morte e ressurreição, enfim, cumpriu um ministério de compreensão completo, pois exauriu o projeto de resgate formulado por Deus e anunciado nas Escrituras, tendo-o como promessa que foi cumprida. No projeto de resgate, o pecador poderia transcender os aspectos humanos e neste sentido era manifesto o grau de responsabilidade da comunidade, no dizer de Ferreira (2011, p.180), “a comunidade mateana tem um grande objetivo: mostrar que o ponto alto da história é atingido na pessoa de Jesus, porque ele é o Messias aguardado”.

E, certamente, é de constatar que de Jesus veio a estratégia objetiva de vida, o modo de se libertar das cadeias cognitivas do bem e do mal que tomaram

conta do pensamento humano e, de consequência apontou para o resultado perverso colhido pelo estilo de vida do mundo, ligado às circunstâncias, onde o poder e a supremacia pela força oprimiam os mais fracos, pois, o pensamento egoísta evitava a formação benéfica ou piedosa no relacionamento com o outro.

Desse modo, no sentido de evitar o conflito e persuadir os membros da comunidade ao pensamento pacífico entendeu que “fazendo uma elaboração teológica e literária, Mateus poderia mostrar que em Jesus se realizaram as profecias e as esperanças humanas de libertação. Nele aconteceu a total plenitude em Deus”. (BOFF, *apud* FERREIRA, 2011, p. 180).

Parafrazeando, dentre inúmeras libertações proporcionadas por Deus a seu povo destacamos duas, no sentido de marcar dois momentos históricos importantes. A primeira foi a do povo hebreu que vivia sob o jugo egípcio. A segunda libertação é a apresentada por Jesus, cuja estratégia demonstrada criou a possibilidade ou a faculdade para o discípulo de Jesus Cristo se libertar do pecado, desde que, adotasse o estilo de vida ensinado por ele, amando a Deus e o próximo como a si mesmo. Destacamos que o indivíduo é autor e réu de suas próprias criações, desse modo o estilo de vida revelado por Jesus ensina ao discípulo a criação de ações benéficas e de consequência, resultados benéficos. Fato que configura a redenção pessoal do pecado.

O povo hebreu para consumir a sua libertação do jugo egípcio passou, de maneira surpreendente, pelo mar vermelho e o segundo pode passar pela escuridão ou desorientação da alma, morte e ressurreição da vida para obter a consciência humana livre dos laços do pensamento dual sabendo escolher a melhor gestão para administrar a volição pessoal e sobreviver o dia a dia evitando expressar atitudes perversas, destrutivas e conflituosas.

Konings (2005) destaca na comparação dos evangelhos de Mateus, Marcos e Lucas a existência de um esquema de assuntos comuns, seguido apenas em parte por João. Desse modo, é possível verificar da análise do quadro analítico formulado, de onde decorrem as presentes informações, que o evangelho de Mateus contém as mesmas matérias de Marcos, em uma mesma disposição, ordem e palavras, contudo, Mateus é possivelmente 50% mais longo que Marcos, “devido sobretudo a uma multidão de sentenças e parábolas de Jesus, ausentes em Marcos”. Entretanto, importante destacar o “inegável contato entre os dois”.

Destaque-se mais, assim como Mateus, também Lucas contém algumas exceções às matérias de Marcos. Konings (2005) propõe que, em pequena abordagem filológica foi possível estabelecer um “parentesco literário” entre os evangelhos mencionados. Por exemplo: em seu ministério Jesus fazia suas pregações orais e que posteriormente foram escritas em pequenas unidades e, de consequência, feitas breves coleções destes escritos, relatando suas atividades e sobretudo, a prática representada pelos “milagres que comprovavam a autoridade de sua palavra”.

O ponto é que estas coleções puderam “ser identificadas a partir do uso em Mateus e Marcos, que eruditos alemães denominaram de “fontes dos ditos” (de Jesus) ou “*Quelle*”. Frise-se que os ditos de Jesus não continham o “relato da paixão, morte e ressurreição”, muito conhecidos através das pregações orais, (KONINGS, 2005).

Assim continua, que por volta dos anos 65-70 d.C.:

Marcos teria redigido a tradição da narrativa oral, a respeito de Jesus fazendo surgir o primeiro evangelho escrito, dentre os que nos foram conservados. Depois da destruição do Templo, por volta dos anos 80, Mt e Lc teriam escrito os seus evangelhos (KONINGS, 2005, p. XV).

Carter (2002) contribui efetivamente para a compreensão do evangelho de Mateus, quanto à sua função, ao dizer que ele é melhor compreendido por aqueles que já são discípulos de Jesus. Alega que o evangelho tem o propósito de formar um entendimento, uma postura e uma comunidade de discípulos e, para tanto, inicialmente ele seria informativo, doutrinal.

Em um segundo momento, serve para fortalecer a pequena fé dos seguidores conduzindo-os a uma forma de vida proativa e leal aos princípios fundamentais do evangelho de Jesus. Nesse sentido, importante registrar que o evangelho propõe formar a identidade do discípulo modelando-a, ao estilo de vida ensinado pelo evangelho, tendo como esforço central o compromisso com Jesus, núcleo da identidade da comunidade (CARTER, 2002).

2.3 Situação vital

Oliveira (2015) ambienta o processamento do evangelho de Mateus em face a circunstâncias adversas. Inicialmente, duas questões são colocadas. Primeira, a dificuldade em convencer os grupos locais e fragmentados do judaísmo. Segunda, convencê-los de que Jesus além do Messias prometido, era também Jesus, o Cristo, para tanto, o apresentava como filho de Davi e Abraão, conforme promessas no Antigo Testamento (Mt 2,4-6 e 22,21-42). Mateus realçava Jesus como pobre e sofredor, o que permitia a sua identificação com os pobres e sofredores da comunidade mateana. Bom registrar que a comunidade de Mateus era formada eminentemente por judeus convertidos.

Saldarini (apud OLIVEIRA, 2015, p. 370). informa que a comunidade de Mateus era uma assembleia doméstica de judeus que acreditava em Jesus e a situação da Palestina à época era fluídica e diversificada. Nos anos 70 d.C. o império romano além de destruir o Templo transformou a Palestina em colônia sujeita a pagamento de tributos, um processo romano de conquista, vez que, o império não tinha limites na busca do poder.

Registre-se, por oportuno, que um modo de conquista e de escravização do povo foi a imposição de tributos e cerceamento dos direitos. Neste período ocorreu a grande debandada dos judeus cristãos para a Antioquia e Síria que lhes proporcionava maior liberdade para inclusive, a profissão da emergente fé cristã.

Assim, mergulhados nesta dispersão, a comunidade mateana se autodeterminava na fé em Cristo, deste modo, o evangelho de Mateus refletia a realidade socioeconômica e estrutura social da cidade de Antioquia, que na verdade, era a realidade de todo o império romano. Com a repercussão do evangelho no meio em que viviam, a pequena comunidade mateana foi se afirmando como um modo equilibrado de viver e se abria a estrangeiros, multiplicando a fé e prática do grande mandamento da lei apresentado e demonstrado por Jesus, um evangelho para a vida fundado no amor.

Carter (2002) afirma que o evangelho mateano se circunscreveu entre um evangelho informativo, doutrinário, que revelava a centralidade de Jesus no evangelho e a questão do ensino objetivo para escolher e gerenciar condutas pessoais que deveriam ser fielmente vividas no sentido da mudança de mentalidade dos que congregavam na comunidade. Momento inicial em que ela

refletia e se determinava diante das difíceis circunstâncias de ensino e aprendizagem que permeavam o momento processual do evangelho de Mateus.

2.4 Mérito do evangelho

Silva (2001, p. 67) destaca que Mateus manteve os fundamentos da lei e reforçou o fato de que Jesus não abandonou a tradição véterotestamentária:

Ele respeita o Shabath, participa da páscoa e crê na revelação escriturística. Do mesmo modo, a Igreja mateana, também procura mostrar-se fiel à Lei. Ela se julga, através de Cristo, a legítima herdeira da tradição abraâmica, a "luz do mundo" e o "sal da terra" (5:13 e 14). Portanto, o rompimento da Igreja com a sinagoga dos fariseus, não implica num abandono da tradição véterotestamentária. Para a comunidade mateana, Jesus é a realização plena de tudo o que estava anunciado nas Escrituras Judaicas. Sua pregação não vinha destruir a Torah, mas, antes, dar-lhe amplo cumprimento que se traduz na continuidade da revelação dada aos profetas.

Assim no contexto do cumprimento da lei, Jesus, destacado por Mateus demonstrou que a realização plena das Escrituras se deu através do amor. Carneiro (2008) em seu artigo sobre a Torá e o cumprimento da lei afirma que Jesus, na verdade, deu pleno destaque à lei do amor realçando-a de tal modo, a que fosse possível até renunciar a toda violência, mesmo a permitida pela lei e, a ultrapassa, pois além da renúncia a toda reação violenta inclui o amor ao inimigo. Somente, desse modo, poder-se-ia ter um sinal de uma justiça superior:

Tendo em vista uma interpretação apropriada da Lei, Jesus a resumiu em situações de debate e ensino. Os sumários representam a busca de uma síntese que facilita e engloba toda a Lei, considerada como vontade de Deus, num único grande mandamento. Isso também ocorria no Judaísmo, de acordo com a famosa história relacionada a dois grandes mestres: um gentio foi procurar Shammai e pediu: "Faz de mim um prosélito, sob a condição de me ensinares toda a Torah enquanto me mantenho sobre uma perna só" "Shammai o expulsou com um bastão, e ele foi até Hillel, que o tornou prosélito, e o ensinou: "O que é odioso para ti, não faças a teu próximo; isto é toda a Torah e o resto não passa de comentário; vai e estuda" (p. 284-285).

Certo é que, nesta perspectiva o conteúdo do grande mandamento da lei, objeto da pesquisa, revela a progressividade do ensinamento das Escrituras e estabelece com objetividade, o alicerce para formar a identidade de Cristo no

discípulo de Jesus (Gl 4,19) na assimilação educativa do conteúdo amoroso, pois revela a nova justiça de Deus ao transcender toda retórica farisaica, pois dito isso, o amor tem o poder de fundamentar a essência de um mecanismo da vida humana para aquele que assume as premissas do evangelho de Jesus. O amor ensinado por Jesus é o alicerce que fundamenta toda a construção paradigmática da proatividade da vida.

Levando ainda em consideração a abordagem de Carneiro (2008) onde faz uma conclusão condizente com a citação acima ao afirmar que Jesus fez um resumo similar daquele feito por Hillel, ao declarar em Mt 7,12, a regra de ouro da vida: “Portanto, façam às pessoas o mesmo que vocês desejam que elas façam a vocês. Este é, de fato, o mérito da Lei e Profetas” (BIBLIA PASTORAL, 2015, p. 1862). Ainda importante salientar, levando em consideração a ideia de síntese da Lei de Deus feita por Jesus, que no mesmo sentido é possível identificar a síntese em Mt 22,34-40:

Arguido sobre qual seria o grande mandamento da Lei por um intérprete, Jesus respondeu com uma síntese: E Jesus disse-lhe: Amarás o Senhor teu Deus de todo o teu coração, e de toda a tua alma, e de todo o teu pensamento. Este é o primeiro e grande mandamento. E o segundo, semelhante a este, é: Amarás o teu próximo como a ti mesmo. Destes dois mandamentos dependem toda a Lei e os Profetas. (22,37-40). Nos dois casos fica claro que se trata de uma síntese, tendo em vista a conclusão, que cita a Lei e os Profetas. E qual é o sentido máximo da vontade de Deus, expressa na Lei e nos Profetas, para Jesus? O amor e a misericórdia constituem conteúdos de mérito encontrados na perícopa (CARNEIRO, 2008, p. 285).

Overman (1997, p. 13,17) comenta que a comunidade mateana se defrontou com a tarefa de explicar suas experiências e convicções dentro de uma estrutura de procedimento que a protegesse de forças, invasões de crenças e práticas estranhas àquelas ensinadas por Jesus. Carter (2002, p. 557) evidencia diante destes revezes todo o corolário de atos que envolvem a presença dos ensinamentos de Jesus e, deste modo, era plausível identificar a progressividade de interpretação véterotestamentária, fato que, certamente “reivindica a autoridade da tradição dada por Deus”.

Nesse sentido, a contribuição de Hovestol (2009, p. 204,206) alerta aos intérpretes e atualizadores do entendimento das Escrituras Sagradas, no sentido de evitar o “problema de peso”, nas interpretações: “Davam muito peso para as

coisas pequenas, periféricas e superficiais e pouco peso às questões mais importantes, centrais e decisivas”. Um exemplo desse “problema de peso” foi circunstanciado nas condutas dos fariseus que eram muito zelosos e literais quanto ao dízimo, mas, desprezavam a “Justiça, a misericórdia e a fidelidade” que, segundo Jesus “eram mais importantes que o dízimo”. Bem, é isso, que a pesquisa persegue como critério para o desenvolvimento do mérito da perícopé.

Silva (2001) menciona a lógica do evangelho de Mateus em face aos conflitos e perseguições ocorridas entre os judeus cristãos e os judaizantes. Mesmo considerando os conflitos que assolavam a comunidade mateana, externos e internos, Mateus se apoiava com firmeza na Lei/Torah (Mt 5,19-20), que certamente era guardada e respeitada pela comunidade, contudo, a inovação de Jesus é que causava espécie entre os judeus, vez que, Jesus apontava para um evangelho que colocava Deus dentro do discípulo.

Infere-se, para tanto, que para assimilar os conteúdos e fundamentos do grande mandamento da lei e desenvolver o pensamento formulado haveria a necessidade do discípulo articular o conhecimento ofertado por Jesus, considerando a progressividade dos ensinamentos de mérito das Escrituras para formar Cristo dentro do discípulo, como já salientado e, como consequência suas faculdades seriam preparadas para a comunhão contínua com Deus, fato posteriormente destacado em 1Co 3,16: “Não sabeis vós que sois o templo de Deus e que o Espírito de Deus habita em vós? ”.

O autor Silva (2001) destaca, no entanto, a existência de fatores de incompreensão que vinham mexendo com a comunidade mateana, no sentido, talvez, da dificuldade em exaurir o projeto de resgate tal qual Jesus o fez. Primeiro, a auto compreensão teológica, em razão da demora da volta de Cristo (2Pe 3,1-18). Segundo a perseguição dos líderes judeus (At 5,17ss). Terceiro, a perseguição dos romanos que confundiram a Igreja com uma seita radical do judaísmo, dominada pelo espírito zelota contra o império (Rm 13,1-7). Fatores que, de certo modo, contraditavam a compreensão do conhecimento divino.

Ora, estes fatos, na verdade denunciam a incompreensão a respeito da conclusão do projeto de redenção. Jesus foi vitorioso no jogo de respostas verbais, na demonstração de milagres da vida, enfim, na prática foi morto, entretanto, o mesmo poder que acompanhou Jesus em todo o seu ministério do caminho da vida, o ressuscitou dos mortos e o entronizou à direita do Pai, nas

regiões celestiais, conforme atestado em Ef 1,20. Isto o fez líder estrategista de um sistema eterno de vida, mas nem por isto, o roteiro perseguido pelo discípulo de Jesus implica que concluirá o projeto como Ele.

O ambiente, portanto, que estabelece a compreensão da tarefa se circunscreve ao aprendizado de amar a Deus e ao próximo como a si mesmo atestado na oração do apóstolo Paulo em 1Ts 5,23 última parte: “E o mesmo Deus de paz vos santifique em tudo; e todo o vosso espírito, alma e corpo sejam plenamente conservados irrepreensíveis para a vinda de nosso Senhor Jesus Cristo”.

Com efeito, é de se inferir que, o discípulo deve assimilar e treinar a estratégia divina do amor, que deve fundamentar a vida pessoal e consciente, no sentido de educar os pensamentos e governar de si mesmo, com critério, na aquisição do domínio próprio ao manter as condutas pessoais “irrepreensíveis” até que o Senhor volte a resgatar os discípulos qualificados ou aprovados, como ainda pode-se extrair da citação de Ef 4,13: “...até que todos cheguemos à unidade da fé e ao conhecimento do Filho de Deus, a varão perfeito, à medida da estatura completa de Cristo...”

Carneiro (2008) em destaque Mt 5,17-20, diz que Mateus apresentou como versículo-chave do seu evangelho, um texto que sugere a progressividade pedagógica e sintética de um estilo de vida ensinada por Deus: “Não penseis que vim revogar a Lei ou os Profetas; não vim para revogar, vim para cumprir”.

Com efeito, a comunicação de mérito, do evangelho é o cumprimento da lei consumada através de uma síntese também atestada no modo semântico da apresentação do amor, posto que, os “nãos” que antecederiam os mandamentos do decálogo foram retirados da lei do amor adotando-se expressões positivas, posto que, o amor é essência do recado da Lei e Profetas. Fato este, revelador da natureza de Deus ao demonstrar a essência que sustenta todo o universo criado.

Isto desenha os contornos de mérito da presente dissertação fundada na passagem do livro de Mt 22,36-40, vez que, nela está a intenção de edificar a integridade do discípulo com fundamento no amor de Jesus como núcleo cognitivo da bondade e centralidade na gestão da vontade pessoal.

Nesse sentido, bom também conhecer o plano de apresentação do evangelho, pois, o método mateano conserva muito bem esquematizada a

doutrina de Cristo. Para tanto dividiu o seu evangelho em seis grandes discursos: o Sermão da Montanha (5-7); O discurso sobre a missão dos discípulos (10); O discurso em Parábolas (13); O discurso eclesiástico (18); O discurso de lamentação contra os líderes judeus (23) e o discurso escatológico (23), (CARNEIRO 2008, p. 65).

No entanto para conhecimento Oliveira (2015) apresenta outra divisão considerada mais atual. Afirma que Mateus sintetiza os ensinamentos de Jesus em cinco grandes discursos, tendo como certo o sermão da montanha (5-7); discurso missionário (10); discurso de parábolas (15); discurso da igreja (18) e discursos escatológicos (23-25). Afirma mais, ao traçar uma linha responsiva entre o Antigo e o Novo Testamentos, que estes discursos de Mateus fazem lembrar os cinco livros do Pentateuco e Jesus é apresentado como o Mestre dos mestres. Por último, afirma que entremeados aos discursos apresentados vêm dez milagres feitos por Jesus que podem ser comparados com as dez pragas ou maravilhas do Ex 7-11.

Konings (2005) realça que o estilo literário-teológico do evangelho de Mateus estiliza (homogeneiza) a linguagem utilizando influências semíticas e uso da tradução grega da septuaginta. Elimina traços da narrativa popular de Marcos e faz explicações próprias. Utiliza de um vocabulário próprio na composição de 1.691 vocábulos diferentes. Reorganiza as matérias abordadas nos evangelhos, sobretudo a primeira parte de Marcos. Isto em função dos cinco grandes discursos do evangelho de Jesus. É catequético, até rabínico e criou suas próprias repetições.

Konings (2005) afirma ainda que o evangelho de Mateus pode ser considerado, apesar de ter sido o primeiro evangelho a ser apresentado, uma edição revista, atualizada e aumentada, do evangelho de Marcos. Mateus era bem íntimo da comunidade judaica cristã, tanto que, apregoava que os cristãos eram o verdadeiro Israel e não a nova sinagoga e faz anotações surpreendentes que, Jesus aperfeiçoou a lei (Mt 5,17-47), em oposição ao que fazem os fariseus e escribas, ao acentuar que o evangelho traduz a boa formação para os discípulos.

A proposta aqui verificada é a tentativa de fincar como mérito da dissertação, a visão progressiva identificada na pedagogia divina revelada por Mateus e que tem como vetor principal o amor, grande mandamento da lei. Jesus

demonstrou, na prática o projeto de redenção para a humanidade, que se tornou a própria destinatária da iniciativa. Ora, o fato de Jesus interpretar, sintetizar e cumprir a lei, realmente, exauriu o projeto de Deus ao fazer uma Gestalt (completude) e criar oportunidade aos destinatários de realizarem o mesmo projeto utilizando o roteiro idealizado e ensinado por Jesus que, guardadas as devidas proporções, tornou possível ao discípulo obter o resultado demonstrado.

Este fato sinalizou a objetividade na prática e sistematização dos fundamentos do amor em Mateus, pois, uma estratégia de formação de Cristo em cada discípulo ensinada por Jesus afasta o aprendiz de uma concebida fábula (adulteração da Palavra), dada a sua realidade precípua.

Frise-se ainda, que o exercício dos fundamentos baseado na lei do amor traz formação, aprendizado e descanso ao discípulo, que nada mais é do que uma atitude de entendimento e realização gerencial do conflito humano básico, conforme atesta o próprio em Mt 11,28-30:

Venham a mim, todos os que estais cansados e oprimidos, e eu vos aliviarei. Tomai sobre vós o meu jugo, e aprendei de mim, que sou manso e humilde de coração, e encontrareis descanso para a vossa alma. Porque o meu jugo é suave e o meu fardo é leve.

Ora, o grande mandamento da lei, certamente como se depreende de sua articulação na comunidade mateana proporcionará ao discípulo de Cristo tomar sobre si o jugo e o fardo da vida, posto que, quem ama faz uma espécie de alquimia nos conflitos da vida, a que está sujeito, vez que, originados no jogo dual da ciência do bem/mal, conforme síntese acima demonstrada. E, o que cabe ao discípulo e seu esforço é assimilar a estratégia divina e desenvolver a aptidão para o evento maior. Não há mágica neste processo, mas, treinamento, discipulado cristão, a partir da lei do amor.

Ora, importante registrar também que quem faz a obra redentiva para o ser humano é o próprio Deus, fato registrado em Fl 1,4-5: “Tendo por certo isto mesmo: que aquele que em vós começou a boa obra a aperfeiçoará até ao Dia de Jesus Cristo”. Por isto, o fardo leve e o jugo suave. Desse modo resta ao discípulo o esforço em aprender as regras da perícopie e formular a feição inicial do procedimento amoroso e, o resto é praticamente direcionado pela influência do conhecimento divino, dado ao fato que Deus é amor (1Jo 4,8).

Depreende-se da assertiva que o circuito do amor atuante na comunidade mateana é a ferramenta hábil para proporcionar a execução da obra da restauração, de sorte que processualmente, o discípulo se submete a eventos contínuos designados pela lei do amor e vai em direção ao aperfeiçoamento pessoal, como o rio corre em direção ao oceano, até que o projeto de redenção se exaura, com a possível e perfeita comunhão com o Criador.

Mateus diferenciou o evangelho de Cristo daquele praticado nas sinagogas, pois, todos os seus esforços foram de colocar Deus e sua lógica de amar dentro dos membros da sua comunidade, o que ensejou a necessidade de construir uma mente com aspectos responsivos à estrutura do Reino dos Céus, cujas habilidades a serem aprendidas estão consistentes no modo próprio de pensar, falar e agir regidos pelo grande mandamento da lei consistente de paradigmas de comportamentos que habilitam o crente no discipulado a viver em paz, no desenvolvimento e formação do caráter, perspectiva explorada no presente trabalho.

Finalmente, Mateus 28,16-20 faz uma síntese retrospectiva de todo o Evangelho e coloca Jesus como o Senhor da comunidade mateana. Desse modo, três pontos podem ser destacados. O primeiro consiste na revelação de Jesus ao afirmar que “Toda a autoridade sobre o céu e sobre a terra me foi entregue. Jesus se revela como o filho do homem entrevisto por (Dn 7,14)”; Segundo, Jesus convoca os discípulos à missão universal: “Fazei discípulos de todas as nações”; Finalmente a promessa de Jesus consistente na afirmação “E eis que eu estou convosco todos os dias até a consumação dos séculos.” Neste resumo apertado, Mateus circunscreve a essencial mensagem de Jesus no seu Evangelho (VV. AA, 1992, p. 7,9).

3. DISCIPULADO CRISTÃO NA NOVA JUSTIÇA

O capítulo anterior identificou o ambiente hostil que, de certo modo, determinou a formação do evangelho de Mateus e promoveu a ruptura entre judaísmo e o cristianismo. Neste capítulo o alvo é demonstrar o sistema de vida com Cristo elaborado, a partir da passagem de Mateus 22,36-40 e fundamentado nas condutas sequências de amar a Deus e ao próximo, como a si mesmo. De onde possível inferir, o modo de fazer a nova justiça ensinada.

As condutas, portanto, serão trabalhadas, primeiro, no sentido de desenvolver um plano eficaz para a constituição da unicidade do discípulo através do relacionamento de amizade com Deus que incentiva o discernimento pessoal. Segundo, esta busca pode pacificar internamente o discípulo e cooperar no relacionamento com o próximo, tendo a comunhão como resultado possível. Possível antever a harmonização dos impulsos conflitantes na gestão da trindade humana e suas demandas do espírito, alma e corpo.

3.1 Função do amor na períclope

A articulação do mandamento do amor na passagem de Mateus 22,36-40 é:

Amarás o Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, e de toda a tua alma, e de todo o teu pensamento. Este é o primeiro e grande mandamento. E o segundo, semelhante a este, é: Amarás o teu próximo como a ti mesmo. Desses dois mandamentos dependem toda a lei e os profetas.

Salienta-se que Deus é amor (1Jo 4,8); o que implica em ajustar a sintonia no relacionamento com o discípulo, a quem, pretende resgatar. A lei do amor em Mateus, portanto, tem o papel de aproximar as partes em um evento de comunhão e, neste sentido conjugá-las funcionalmente integrando discípulo, Deus, próximo e o si mesmo.

Disto se deduz que o amor, como código de conduta pessoal e argamassa divina que restabelece os vínculos harmoniosos da vida, o que implica em afirmar, o afastamento dos eventuais conflitos, em razão da gestão régia do amor. Este, em tese, é o esforço inicial para a construção do

entrosamento benéfico entre as partes acima e reprogramá-las para a formação da plenitude do discípulo em Cristo, vez que, esta é a finalidade do amor.

Para clarear a questão didática no primeiro mandamento, o seu papel é estreitar amorosa e conscientemente o relacionamento do discípulo com Deus através da sua compreensão, discernimento, oração, fé e formatação clara da finalidade do amor e seu objetivo, que poderá transcender o elenco retro informado. No segundo mandamento, o amor ao próximo abre caminho para a efetiva atuação do amor de Deus, que repercutirá através do espírito pessoal, cujas funções podem ser traduzidas como consciência, intuição e comunhão, instrumentais ativos na participação do empreendimento santo (1Co 6,19).

Nesses moldes, o procedimento de natureza amorosa, desencadeado pelas condutas acima apontadas atuará no fortalecimento das faculdades do discípulo por inteiro. O empenho do discípulo em amar a Deus acima de tudo vai empoderá-lo na efetivação do amor ao próximo superando eventuais obstáculos e caminhando para a meta válida, à qual o amor se propõe na passagem de Mateus.

Gunther (2000, p. 120,121) apresenta, numa perspectiva complementar, para a formatação interativa do amor: O “amor é um sinal e uma prova da fé (1Jo 3,10; 4,7 e segs). O amor ao irmão deriva do amor de Deus e sem o amor ao irmão, não pode haver relacionamento com Deus.” “A medida, portanto, em que os cristãos se amam, eles também cumprem a Lei, não no sentido de atingirem qualquer perfeição, mas porque agora estão vivendo na nova realidade e justiça de Deus através do poder fortalecedor do perdão.” Quem ama perdoa.

Com o exercício da lei do amor, Jesus consolida o ensino da passagem em Mateus que proporciona o desenvolvimento de um estilo de vida bondoso como suporte à comunhão com Deus, com o próximo, consigo mesmo, enfim aprender a lidar com as adversidades. A lei do amor prepara o discípulo para a interação benéfica e efetiva entre as pessoas, no sentido do amor de Deus estar no comando da plenitude da vida e afastar o conflito do seu interior.

Sendo assim, os mandamentos do amor objetivam, também, desenvolver no discípulo, a percepção única com a conseqüente construção e gestão de hábitos pessoais e correspondentes formando o caráter cristão através da mente de Jesus Cristo que demonstrou a operação da lei do amor

com propriedade, para tanto, a mente forma o núcleo básico da bondade, fruto da funcionalidade da trindade humana sob a égide do amor de Deus.

Do amor como código de conduta regente do discípulo é possível deduzir que como Deus é amor influencia diretamente a vida do discípulo, que segundo afirmação de Nee (2003 p. 43) esta influência promove modificações pessoais, pois, na “medida em que o crente avança em sua caminhada espiritual, começa gradativamente a reconhecer que viver para si mesmo é pecado, aliás, o maior da sua vida.” “Viver para si é como ser um grão de trigo que, caindo na terra, se recusa a morrer, e que, por causa disso, permanece só.”

Viver na perspectiva do amor de Deus é sair de si mesmo generosa e cooperativamente em direção ao outro, um efeito do mandamento do amor que afasta o discípulo do egoísmo.

3.2 O sistema

Keating (2005, p. 128) consolida o entendimento para a formação do sistema de vida com Cristo ao afirmar, primeiro, que “a rendição do falso eu a Deus é a morte dele”. Segundo: “ser movido pelo Espírito é uma forma totalmente nova de viver no mundo.” Frise-se que os mandamentos do amor preparam o discípulo para aderir ao pleno governo de Deus (Rm 8,14; 1Pe 2,13-17). O que implica em deduzir que nisto está a morte de cruz, ensinada por Jesus. Do mesmo modo é de entender que a conversão e o arrependimento, ou seja, abandonar a influência do ego, circunstâncias ou transitoriedade (2Co 4,8) é se empreender em um estilo de vida cristão.

Conforme Rm 8,14 e sua compreensão podem ajuda a definir o modo de vida com Deus, pois, “todos os que são guiados pelo Espírito de Deus são filhos de Deus”. O exercitar da lei do amor, pelo discípulo cria as bases para a atuação do amor de Deus e sua influência guia nos caminhos do bem.

O sistema de vida fundado no amor para o discípulo de Jesus tem como meta a construção do eu verdadeiro com âncora no próprio Deus, que faz o amor comandar a sua vida. Ora, Deus é onisciente e onipresente (Sl 139), assim, está habilitado a guiar o discípulo de maneira saudável e segura, no entendimento e cumprimento da lei do amor, em pensamentos, palavras e atos. Keating (2005, p. 99) atesta que “a prática cristã almeja primordialmente demolir o falso eu. É o

trabalho que Deus parece exigir de nós como prova de nossa amizade e sinceridade.” Com efeito, a proposta do discipulado ideal.

Para melhor esclarecer este ponto Nee (2002, p. 54) afirma que “o propósito original de Deus é que a alma humana receba e assimile a verdade e a essência da vida espiritual de Deus.” Argumenta dizendo que: “o fruto do conhecimento do bem e do mal eleva a alma e abate o espírito.” O que implica em deduzir que: “o homem tem um espírito que o capacita à comunhão com Deus (Jo 4,23) e, possui também uma alma, ou a consciência de si próprio.” E conclui que: “na vida atual a alma é o ponto de convergência dos elementos constitutivos do nosso ser. Em nosso estado ressurreto, porém, o espírito será o poder governante” (1Co 15,44).

Sendo assim, para a correta comunhão do discípulo com Deus é necessário criar, no interior, um núcleo básico da bondade formado pela aplicação do conteúdo da lei do amor, como regra de ouro da vida. Este núcleo, aparentemente, torna o discípulo suscetível à bondade de Deus e cria uma integridade através da comunhão interativa com Deus (1Ts 5,23), com o próximo e consigo mesmo, a eliminar ideias contrárias ao propósito de Deus na vida do discípulo.

O ambiente que cerca o discípulo neste processo é hostil, posto que, o mundo jaz no maligno (1Jo 5,19) como tem sido para os cristãos em todos os tempos, mas, o amor é fundamento número um para a resposta ideal, vez que, dele decorre a repercussão da bondade humana.

Mesmo não sendo objeto da presente dissertação ressalte-se que para ocorrer a plenitude do amor no discípulo torna-se necessário aprender também, a amar o inimigo, nos moldes indicados em Mateus 5:44: “Amem os seus inimigos e orem por aqueles que os perseguem.” Neste ambiente o discípulo, segundo os critérios bíblicos, poderá ser cheio do dom do amor.

Jesus ao demonstrar a sua conexão com Deus e se tornar um com o Pai (Jo 10,30) demonstrou como se dá a comunhão com Deus. De tal sorte a representar para o discípulo, o modo de proceder, por isto considerado o caminho, a verdade e a vida, que são expressões do mesmo amor.

A fé desencadeia o amor de Deus, para o discípulo, pois, funciona como gatilho para provocar a sua atuação na vida pessoal, vez que, o amor é a essência da vida, como o hálito de Deus que é respirado. O amor contém a

onisciência de Deus que ao ser acionado tem potencial de guiar e capacitar o discípulo para o alvo definido que é morar no Reino dos Céus. No final, a autodestrutividade humana, que decorre dos desencontros está na vida egoísta de conteúdo conflitante, enquanto, a edificação amorosa cura, saneia e proporciona o bem.

Daí a cautela, pois, assim como o amor de Deus nas Escrituras guia o discípulo a Deus; o espírito da mentira, de satanás (ego, egoísmo) auxiliado pela falta de discernimento espiritual do conteúdo escriturístico (Os 4,6), acaba por trincar a constituição amorosa do ser humano e tornar precária a produção dos frutos da ciência do bem indicados em Gl 5,22.

Posto que, sem os paradigmas divinos, a pessoa passa a produzir frutos malignos e autodestrutivos indicados em Gl 5,9-21, substancialmente contrários à vida. Da falta de discernimento origina-se o desconhecimento de como a vida pode ser operada, fato revelado no sistema da vida cristã que pode ser visto como transcendente às doutrinas, mas dela capturado, pois, tem como objeto a consecução da plenitude da vida designada como redenção.

Assim sendo é de se deduzir que Jesus cumpriu a vontade do Pai (Lei e Profetas) ao demonstrar o modo de operar a unificação de mérito entre o ser e Deus, ao abandonar na morte de cruz a sua humanidade egoísta, para a ressurreição e vida, o que implica no governo absoluto de Deus na vida pessoal. O projeto foi realizado em suas últimas palavras na cruz “Está consumado” (Jo 19,30).

Ressalte-se, mesmo por óbvio, que o discípulo de Cristo não vai carregar uma cruz de madeira nos ombros e também não será morto fisicamente no monte da caveira, vez que, apesar de representar situações reais são, indicativos simbólicos a serem pessoalmente cumpridos pelo discípulo, no sentido da conjugação de elementos para a formação espiritual. Indicando a troca de comando da natureza humana, ou seja, afastar o ego, depositário fiel das ações do pecado e colocar o Eu Sou no trono da vida pessoal.

A mensagem com a qual o discípulo de Cristo se compromete, se refere ao auto sacrifício, no pensamento, palavras e ações, enfim nas atitudes e comportamentos. Fazer isto e deixar de fazer aquilo, ou seja, o discípulo se esforça para desenvolver um estilo de vida com base na lei do amor e, para tanto, se empreende no estilo de governar amorosamente a volição pessoal, do

modo sugerido pelas Escrituras e produzir frutos do amor aprendendo a ancorar o pensamento no bem, conforme ensina Fl 4,8. Ora, o ambiente e as exigências que envolvem a todos são muito parecidos, daí haver sentido na tese da cooperação entre si, visto que, todos somos um a enfrentar os obstáculos e conflitos, e, claro, evitar destruição uns aos outros.

De concordar que, a trilha sugerida pelo programa escriturístico é de simples dedução e execução para formar o centro da bondade pessoal que decorre da aplicação estratégica dos mandamentos do amor, como paradigmas comportamentais nas demandas do espírito, alma e corpo. O amor, portanto, definido como código de conduta articula funcionalmente a natureza trina, ou seja, proporciona “a mente cooperar com o espírito” (NEE 2003 p. 208).

A mente humana (ego) com o seu livre arbítrio deve ser treinada a cooperar com o espírito pessoal e, fato conseqüente, com o processo de santificação, pois abre espaço à atuação benéfica do amor de Deus, a criar uma unidade funcional através das ações pessoais do amar a Deus e ao próximo, como a si mesmo, desse modo, a mente no aprendizado sob a tutela dos paradigmas do amor, pode ancorar ou tomar partido de Deus e evitar as oscilações da mente ligadas às circunstâncias (Mt 26,41).

Nee (2003, p. 209) ensina que uma das formas de reativar o espírito pessoal é “orar com a mente” (1Co 14,15), vez que, com esforço e persistência o “espírito e a mente passam a operar conjuntamente e a oração torna-se significativa e bastante livre.” Registrar ainda que tudo que Jesus fez dá autoridade ao discípulo, pois, concluiu o projeto ensinado e foi considerado a porta dos Céus em Jo 10,9 ao criar oportunidade para o discípulo reproduzir objetivamente o procedimento para também residir no Reino dos Céus. Caso, assim não fosse, não teria sentido o projeto de Deus.

Reiterando, Deus é amor e para o discípulo desenvolver amizade com Ele, a base é aprender a amar e, de nada adianta só teorizar o amor, como os cristãos fazem ostensivamente. Sendo assim, em razão da identificada e comprovada indissociabilidade do circuito comportamental amoroso que decorre das atitudes pessoais de amar a Deus e ao próximo como a si mesmo é de concluir que o amor é o princípio único e vivo que restabelece a vida plena e influência divina para o discípulo.

Fica claro que, o amor além de criar o núcleo básico da bondade no interior do discípulo repercute progressiva desde o interior em todas as suas faculdades na promoção e constituição dos hábitos do bem; forma o caráter e a autodeterminação cristã. Neste proceder, resumido está o estilo de vida com Cristo e, de consequência a edificação do corpo como templo do Espírito de Deus conforme indicado em 1Co 3,16.

O amor, como base da bondade no discípulo servirá de guia padrão das condutas e, não só para o governo da volição pessoal, ao decidir executar uma ação em particular, como também regular as outras funções da psiquê, o afeto, a emoção, motivação e a cognição. Sendo assim é possível verificar que o amor tem papel eficaz no treinamento e gestão dos impulsos de vida, educando a mente na formação cristã, na perspectiva do discipulado ideal.

A utilidade do critério de unir em uma única substância o entendimento de que a obra de Deus foi entregue completa ao povo escolhido: a lei; o Tabernáculo para o treinamento do protocolo divino, ritos, sacramentos, festas e obediência (Êx 35 e 39) e os mandamentos do amor em Mt 22,36-40 contém a possibilidade de transformar o corpo em santuário de Deus e, com efeito, repercutir as virtudes de Deus, conforme ensinado em 1Pe 2,9.

Argumentando. Jesus, ao cumprir este protocolo realçou a sua essência através da lei do amor que é o núcleo da lei de Moisés e regulador da produção de mérito dos profetas. O amor, portanto, é o resumo da vontade de Deus, inscrita na *torá* que consubstancia o princípio único e código de conduta regente da vida pessoal, com o qual é possível ao discípulo, se relacionar espiritualmente com o Deus Único, com o próximo e consigo mesmo. Frise-se que, com este método concluído, Jesus foi morar no Céu e o discípulo, deve se submeter a este programa de preparação até a vinda do Pai (1Ts 5,23).

3.3 Funcionalidade dos mandamentos

O entendimento do discipulado, constituição e formação cristã depende da aplicação dos mandamentos do amor que cria no interior e mente do discípulo a viabilização do processo divino de ensino e aprendizagem sugerido pela passagem de Mateus.

Vale dizer que, apesar de todas as informações e testemunhos bíblicos serem absolutamente verdadeiros (referenciais teóricos), hoje, o protocolo divino deve ser compreendido a partir da composição e funcionalidade dos significados dos elementos simbólicos: o tabernáculo, Espírito Santo, festas, ritos, lei, graça, mandamentos do amor, alma (mente), espírito pessoal; que passam a representar todo o aparato de vida a ser manejado com a lei do amor para a construção espiritual de si mesmo, como templo de Deus (1Co 3,16) e de, consequência, estabelecer um modo de ser e viver com Cristo, influenciado pelos laços eternos do amor (1Co 13,13).

Os significados simbólicos destes elementos devem ser progressivamente entendidos e incorporados como instrução cristã para a formação do templo interior no discípulo, pois, certamente vão lhe proporcionar um repertório de conhecimento e modo de fazer, com vistas a aprender e gerenciar a própria vida, como ensinado por Jesus Cristo.

Desse modo e, em tese, o discípulo poderá aprender a se expressar de forma íntegra e benéfica, ao buscar uma relação objetiva, leal e produtiva com Deus, com o próximo e consigo mesmo, conseqüentemente formar um sistema funcional pleno na composição dos interesses tricotômicos representados pelas demandas do espírito, alma e corpo. Este é o objeto do discipulado na escola de Deus.

O destaque é a formação espiritual que implica em, com base no amor, aprender a crescer na graça, que no dizer de Nee (2002, p. 83, 84) é no “crescer na graça, constantemente guiado pelo espírito é que a salvação se realiza de maneira completa.” Desse jeito, “o Espírito Santo pode levar-nos a ter uma vitória completa sobre o corpo e a alma.” Como visto, o amor tem a capacidade de autocomposição que é transmitida à trindade humana, com competência da autocura.

A leitura da perícopé nesta perspectiva, portanto, desenha teoricamente um sistema funcional conforme sugerido por Jesus e pode criar o tão desejado “núcleo básico de bondade com o verdadeiro eu, posto que, seu centro de gravidade é Deus” (KEATING, 2005, p. 175). Neste processo, o alvo é aprender e desenvolver condutas moralmente benéficas e convergentemente atender, com base na mesma lei do amor, as demandas pessoais trinas, regidas pelo código de conduta. A convergência dos comportamentos amorosos tende ao

mesmo fim, ou seja, o amor como “princípio unificador, orientativo e nucleador da vida moral” (SILVA, 2009, p. 83).

O desenvolvimento cristão no entender de Keating (2005, p. 178) consiste na “construção do novo eu” cujo centro de gravidade é o próprio Deus, isto em contraposição ao “falso eu, cujo centro de gravidade é o si mesmo.” Desenvolver-se, na perspectiva cristã, não constitui alimentar indefinidamente a mente, sem propósito finalístico, nem aprender doutrina, pela doutrina, mas acima de tudo dar sentido e aplicação correta do projeto de salvação empreendido por Deus para o discípulo de Cristo.

Deste modo e, neste aspecto é de concluir que, desde sempre, a Palavra de Deus tem a função de ensinar ao discípulo a maneira de ser e se comportar, fatos que confirmam o conteúdo das revelações de Deus nas Escrituras (Antigo e Novo Testamentos) e, a perícopes de Mateus resumiu.

A meta a ser alcançada, portanto, é reconstruir a comunhão de entendimento do discípulo com Deus e nessa inteligência adotar o amor de Deus como *personal trainer*, na promoção do desenvolvimento pessoal. Rememorando. A mente humana faz intermediação entre o espírito pessoal e o corpo. A meta, porém, é proporcionar à mente, pelo amor, aprender a concordar com o espírito pessoal que está pronto (Mt 26,41) e tem competência de adorar a Deus em Espírito (Jo 4,24) que sabe tudo sobre todas as coisas, o tempo todo e, portanto, habilitado a constituir a unicidade das esferas administrativas do ser.

Keating (2005, p. 97) diz que no começo deste processo o desenvolvimento do discípulo vai encontrar uma “vontade mais afetiva do que efetiva...por estar envolvida com hábitos egoístas”, visto que, regida pela mente mais vinculada ao ego e circunstâncias. Assim sendo, esta mesma força de vontade poderá ser utilizada apropriadamente ao se ligar com o verdadeiro eu, ou seja, com entendimento utilizar a força do inimigo em favor próprio.

O ensino divino baseado no grande mandamento da lei desencadeia a formação de um estilo de vida pessoal que consiste no apoderar-se dos fundamentos do protocolo espiritual constante da passagem em Mateus, ou seja, tomar posse dos paradigmas indicados por Jesus e desenvolver uma gerência benéfica dos impulsos pessoais com a correspondente formação do núcleo da bondade que culmina com uma nova fase da vida pessoal caracterizado pelo fortalecimento da amizade com Deus.

O objetivo deste ensino de Jesus é claro e específico. Um deles está declarado em Jo 10,10 que é aprender “um modo de vida abundante”, fundamentado em Jo 14,21, ou seja, “aquele que tem os meus mandamentos e os guarda, este é que me ama”. Guardar aqui tem o sentido de vigilância para os fins a que se destinam.

Subtende-se, com efeito, que a vida espiritual ensinada pela *torá* e por Jesus não se constitui em processos mágicos e nem somente teóricos, mas, possível concluir que os ensinamentos servem como guias na produção de um determinado bem, um modo de pensar assertivo, benéfico, pois cooperativo ao aprender a agir sob a tutela da bondade, de consequência dar direção aos impulsos pessoais no curso da própria vida, dando conta de que serão comandados pela lei do amor. Conveniente também frisar que Deus é amor, Jesus Cristo é amor, o Espírito Santo é amor e o discípulo deve aprender a amar, nos moldes divino, certamente formará um circuito amoroso e guia para a vida.

Luz (1993, p. 373) destaca a necessidade de agir com bom senso e equilíbrio na construção da funcionalidade deste sistema, pois, o livre arbítrio é hostil a esse processo. O amor ao próximo e o amor a si mesmo decorrem do amor a Deus, que é fonte de todo o amor (1Jo 4,8). A ponderação, suscitada está no fato de que o amor a si mesmo pode provocar o surgimento de dois extremos e um desvio, o da “autoabsolutização ou da autonegação ou ainda, uma nova interiorização”. “Na verdade, o amor a si mesmo deve provocar no discípulo o amor ao próximo com mais efetividade”. Porque sai de si e vai em busca do outro, do tu. “E para recordar, o primeiro de todos os grandes preceitos, segundo testemunho de toda a Bíblia é o amor a Deus”, que pode equilibrar tanto o amor ao outro quanto o amor a si mesmo. Quem ama com o amor de Deus, não se desequilibra, dado aos cuidados de Deus (Sl 37,18; 23,1; Mt 6,26).

Ora, teologicamente refletindo, o amor empreende a unicidade do discípulo com Deus. De sorte que, o Deus único, monoteísta deve ser alcançado através do amor, que age como argamassa nos relacionamentos. Isto no sentido de melhor compreender o sistema de vida cristã. O amor é uma atitude que traduz uma vontade, a ser exercitada pelo discípulo, nos moldes da perícopes e reaprender a comunhão com o Deus único e sua natureza na identificação da progressividade e interdependência de todas as coisas e seres.

3.4 Troca de comando da mente

Neste tópico a intenção primeira é frisar o processo da troca de comando da mente que consiste especificamente em abandonar o falso eu, em razão de estar colado em si mesmo e procurar desenvolver o verdadeiro eu atando a mente com a regra de ouro, o que implica em submetê-la ao próprio Deus. Tirar o comando do ego e transferi-lo para Deus. O discípulo tem que aprender a ouvir Deus em seus vários modos de comunicar (1Jo 4,6) fatos que ensejam a formação espiritual proposta pela perícope e, este procedimento implica aprender a discernir o “espírito da verdade e o espírito do erro” (1Jo 4,6).

Os sacerdotes reais de Deus, que decorrem de uma espécie de formação cristã têm a função, aqui e agora, de anunciar as virtudes daquele que nos chamou “das trevas para a sua maravilhosa luz” (1Pe 2,9). Sempre bom lembrar a assertiva já apontada em Mt 5,17 que “o Novo Testamento não se opõe ao Antigo Testamento, mas prolonga-o.” O que demonstra a progressividade das matérias formativas do eu verdadeiro tratadas no Antigo e Novo Testamentos.

Neste sentido Hartley (1998, p. 662) considera que para a construção de um relacionamento sólido com Deus, importante compreender a origem, onde “a aliança precede a lei; e a lei foi dada apenas à nação que entrou em aliança com Deus [embora, no sentido de princípio moral, a lei seja tão antiga quanto o pecado humano e o governo divino (Gn 3,7; 9,6 e 26,5)].” A lei e a aliança podem ter significados paralelos (Sl 78,10), posto que, havendo o rompimento de uma, certamente ocorrerá a transgressão da outra. Nota-se que a aliança com Deus é viva e decorre da lealdade, sinceridade nos pensamentos sob a égide do amor de Deus quando a lei pode ser compreendida como um roteiro útil e eficaz na manutenção da aliança com Deus.

Desse modo, o conhecimento da lei tem o papel de proporcionar lucidez da aliança para poder executar a troca de comando conscientemente, administrando o fluxo da vida sujeitando-o ao amor, posto que, Deus é amor (1Jo 4,8) e concedeu a lei como guia ao discípulo em sua relação com Deus, com o próximo, consigo mesmo e com os adversários, ao colocar o amor como centralidade viva. Assim sendo, o resultado da prática dos mandamentos do amor, aparentemente propõe a unificação de todas as faculdades humanas do

discípulo de Jesus, ao proporcionar a construção de uma percepção íntegra a respeito da vida.

O indivíduo que pensa deve buscar a verdade que o liberta, posto que, em razão do seu livre arbítrio está sujeito ao oceano de informações, mas sujeito também, às suas próprias criações. Daí a necessidade da tentativa e erro dos comportamentos ao treinar o código de conduta da vida. Por isto, o amor se constitui no paradigma ou mapa guia para governar a volição pessoal, pois tem o papel de educar a ação a atingir o destino já configurado como Reino dos Céus. O amor é o pilar e a fonte de vida abundante (Ef 3,20-21).

Esclarecendo melhor a troca de comando e o mecanismo psíquico do ser humano Nee (2002, p. 28,29) aborda o problema da seguinte maneira, ao trazer ao nosso entendimento que a constituição global do ser humano está descrita em 1Ts 5,23: “O mesmo Deus da paz vos santifique em tudo; e o vosso espírito, alma e corpo sejam conservados íntegros e irrepreensíveis na vinda de nosso Senhor Jesus Cristo”. “Este versículo mostra de modo preciso que o homem é dividido em três partes funcionais”. Onde “o apóstolo Paulo se refere à santidade completa do crente, dizendo “vos santifique em tudo.”

O funcionamento do mecanismo da vida psíquica deve ser indissociável é claro, mas, deve contar com a concordância da alma (mente) com seu livre arbítrio. No entanto, para a consecução da santidade acima referida, a alma deve cooperar com o espírito pessoal em sua conexão com o Espírito de Deus. Este fato é chamado pelas Escrituras de “andar no Espírito” (Cl 3,16).

Com efeito é de observar que a resposta de Jesus, na passagem de Mateus, evidenciou a aplicação da lei do amor e a circunscreveu às ações trinas a observar que elas fazem um *loop* (uma volta completa com disposição circular concêntrica de condutas), amor a Deus e ao próximo, como a si mesmo que resulta na formação de um hábito, um núcleo bondoso que servirá de paradigma na gestão das atitudes pessoais.

Duhigg (2012, p. 406) ensina que “os hábitos surgem porque o cérebro está o tempo todo procurando maneiras de poupar esforços” e, para tanto, cria o “*loop* do hábito.” Desse modo, os hábitos se originam. Especificamente, o circuito constituído pelo movimento interativo entre o amor a Deus e ao próximo, como a si mesmo proporciona a formação desse “*loop* do hábito”. A formação cristã, desse modo, consiste no acúmulo e seleção das experiências, com base

no amor e capacidade de dar respostas benéficas ao constituir o repertório fundado na natureza do bem.

A lei do amor é consagrada como paradigma número um para a regência dos pensamentos, das palavras e atos ao colocar o princípio fundamental do Deus único como prioridade, acima de tudo, na vida pessoal. Desse modo, que Jesus culmina o processo educativo da *torá* interpretando a lei com a organização estrutural dos mandamentos do amor. É de se concluir também que do amor dependem a Lei e os Profetas, tendo em mente que a lei do amor realiza todos os conteúdos das Escrituras Sagradas para o discípulo e deve libertar e não oprimir, principalmente os pequeninos de compreensão, pois o amor se constitui em “comportamento solidário e não sentimento” (LUZ, 2003, p. 371).

A compreensão acima reflete a citação constante de Mt 5,17: “Não cuideis que vim destruir a lei ou os profetas, não vim ab-rogar, mas cumprir.” Assim sendo, o amor é colocado como a essência de mérito para a construção da bondade humana e expressar a vontade do Pai.

Gunther (2000, p. 1040) diz que Jesus, na sua resposta dada ao doutor da lei “não concordou com a restrição do amor declarado em Lv 19,18” que é destinado ao irmão e amigo. “Exigiu a inclusão do inimigo, além de declarar que qualquer pessoa necessitada é sempre meu próximo”. Noutra perspectiva “meu próximo é aquele que me mostra misericórdia” (Lc 10,37). “Meu próximo é meu semelhante que age como benfeitor para comigo”. Nesta afirmação fica claro que o núcleo básico da bondade traz plenitude e benefício ao discípulo.

O amor é força de mérito que impele o discípulo à estruturação da sua integridade (unificação), ao percorrer o circuito da demanda trina suscitada pelo (amar a Deus e ao próximo como a si mesmo). A dinâmica revelada por Jesus mobiliza uma estrutura funcional e dinâmica do ser a partir da atuação do espírito que é dirigido a Deus (Jo 4,23-24). Condutas, estas, que se perpetuam funcionalmente, em razão do movimento circular de base fundada no mesmo princípio. Uma espécie de moto contínuo.

Como dito acima por Silva (2009) o amor cresce e se expande através de si mesmo, como se fosse uma bola de neve rolando montanha abaixo e estrutura um núcleo de contingência, no caso, memoriza experiências, em razão do *loop* do hábito e dá início à autodeterminação regente sob a atuação do amor nas condutas trinas.

A tendência da gestão benéfica dos impulsos impele o discípulo a Deus, ao outro e no retorno a si mesmo, visto que, estas ações, considerando o movimento permanente podem capacitar o discípulo a suportar a ação espiritual do princípio único.

Enfim, neste curso e movimento, o amor de Deus empreende o poder de formação e superação de todo tipo de obstáculo ou infidelidade para consumir o propósito divino, vencendo até a morte, segundo comprovado pelo ministério de Jesus. Um processo de ensino, aprendizagem e autodeterminação com base nos mandamentos do amor.

Estes fatos, aparentemente, demonstram que a obra da criação foi feita por um designer inteligente que pensou e realizou de maneira progressiva, funcional, conclusiva e viva. Jo 3,16 atesta a progressividade notória quando Deus enviou o filho Jesus, por amor a ensinar a todo aquele que dele ouvisse para obter a vida eterna. Do mesmo modo, Deus, Jesus Cristo e o Espírito Santo, no processo da educação salvífica, não deixariam este concerto inconcluso.

O circuito do ensino para a salvação e formação cristã do discípulo exige interpretação lúcida, tendo em mente a realização e conclusão da estratégia divina, posto que, guiado pelas Escrituras inspiradas por Deus (2Tm 3,16), sendo certo que a preparação do discípulo deve ser compreendida como básica e preliminar, para ulterior conclusão salvífica (Rm 8,14 e 1Ts 5,23).

Nesta esteira de deduções, talvez importa ainda citar o exemplo de 1Pe 2,7-9 que aponta a provável formação cristã através do conteúdo do amor, pois, define o discípulo como luz e sacerdote real, que tem a função de espargir as “virtudes de Deus”, ou seja, propagar as boas novas, em meio aos pagãos/ímpios. Com efeito, deve aprender o procedimento de vigiar o coração, de onde “procedem as saídas da vida” (Pv 4,23).

Ora, o modo bíblico de vigiar as saídas da vida é ser proativo no amor, vez que o discípulo deve aprender a gerenciar o pensamento agindo de conformidade orienta Fl 4,8, ou seja, pensar “em tudo que é verdadeiro, tudo o que é honesto, tudo o que é justo”, enfim, “se há alguma virtude, e se há algum louvor, nisso pensai.” Ou “não murmureis para não perecerem” (1Co 10,10). Ore, tão somente. A murmuração consome a energia pessoal sem propósito.

Entendo que, para o desenvolvimento da lei do amor neste projeto é preciso estar claro que o ser humano se encontra em um ambiente maligno

devendo aprender a lidar com os paradigmas divinos que possibilitam viver beneficentemente, como expresso em 1Jo 5,19. Neste caso Keating (2005, p. 176) esclarece com propriedade a questão da queda do ser humano do Paraíso ou do pecado original: “o termo *pecado original* é uma maneira de descrever a condição humana, que é a experiência universal de chegar à autoconsciência reflexiva total sem a certeza da união pessoal com Deus.” Ancorar a mente no falso eu impõe um desligamento do eu verdadeiro e, este fato, de consequência “dá origem ao sentimento de incompletude, divisão, isolamento e culpa.” Tudo isto, à despeito do vasto conhecimento.

Registrar que o espírito humano está pronto para o relacionamento de amizade com Deus (Mt 26,41), mas, “a carne é fraca.” Deste modo o amor propõe paradigmas para que o pensamento e as atitudes humanas sejam administrados com propósito. Querendo com isto consertar os desvios proporcionados pela mente, que recrudescer em sua conduta em razão do seu livre arbítrio e de ter ancorado no falso eu (nas circunstâncias).

O que é possível deduzir e que se relaciona com o “corpo do pecado” conforme explica Nee (2002, p. 165), no resumo, descreve a ligação da mente com as circunstâncias e sua ocorrência fluídica. Quando na verdade a perícopre propõe um treino amoroso para a ligação com Deus, com o próximo e consigo mesmo e não ter mente vacilante que torna a pessoa “inconstante em seus caminhos” (Tg 1,8).

Para melhor decifrar o caminho a ser seguido pela guia da lei do amor é possível depreender que a disciplina amorosa é importante para o processo de ensino e aprendizagem dos conteúdos que devem reger a mente humana, para a libertação cognitiva dos processos mentais ligados ao falso eu e, que devem ser transformados (Pv 12,1).

Rm 8,1 ensina que o discípulo deve aprender a andar “segundo o espírito”. Andar segundo o espírito é treinar a mente a produzir o fruto do bem (Gl 5,22) em razão do impulso recebido dos ensinamentos de Cristo (Gl 5,20) e, não mais do falso eu, que se relaciona com a tempestade das circunstâncias que rodeia a todos.

Assim sendo é de concluir nesta parte que os paradigmas do amor apresentados por Jesus em Mt 22,36-40 objetivam criar uma engenharia

comportamental ao constituir e estruturar uma trilha lúcida de condutas e efetivar a conexão espiritual entre o discípulo, Deus, próximo e si mesmo.

Camacho (1993, p. 238) demonstra que o empreendimento relacional entre discípulo e Deus com a utilização da lei do amor teve desvios consideráveis na linha do tempo bíblico, um deles que vale salientar diz respeito aos erros cometidos pelos sacerdotes que eram coniventes com interpretação indevida da educação divina ao fomentarem o comércio ativo dentro da casa do Senhor e Jesus ao “virar as mesas dos cambistas”, disse-lhes em Mt 21,13 “Está escrito: minha casa será chamada casa de oração. Mas vós a tendes convertido em covil de ladrões.” A oração é instrumento de ligação da fé, com o amor, com Deus.

Isto exemplifica, mais uma vez, a necessidade de entendimento do critério progressivo da educação divina e sua verdadeira finalidade. O texto acima confirma a profecia de Is 56,7 e demonstra a substituição dos significados do protocolo divino na formação cristã, que consiste em colocar para dentro os significados simbólicos dos ensinamentos bíblicos que se constituem em material formativo, posto que, leva à santidade e à comunhão plena com Deus, maneira pela qual é possível a intimidade com Deus e, não construções exteriores e efêmeras.

Assim, nunca abandonar o entendimento de que os filhos de Deus, antes guiados pela lei e profetas, atualmente, devem ser guiados pela influência do amor de Deus, como *personal trainer* do discípulo e, neste sentido, conforme já destacado no desenvolvimento do texto, o amor para Deus permanece e a ciência passa (1Co 13,8), no sentido de que a comunhão com Deus é viva, permanente e transcende a preparação inicial, através da ciência acadêmica convencional.

CONCLUSÃO

A presente dissertação teve como objeto Mateus 22,36-40: amar a Deus e ao próximo, como a si mesmo e como objetivo analisar a possibilidade do exercício a partir das condutas sequenciais indicadas na perícopes no sentido de investigar e identificar o surgimento de um estilo de vida cristão que possa estruturar e fundamentar um discipulado ideal.

O primeiro capítulo se deteve na análise da passagem de Mateus 22,36-40 como alicerce da tese teórica desenvolvida para verificar a funcionalidade que decorre do amor a Deus e ao próximo como a si mesmo e formar um núcleo básico do sistema de vida com Cristo.

No segundo capítulo o Evangelho de Mateus é visto como uma introdução ao cristianismo que, de certo modo, rompe e avança progressivamente em face ao judaísmo, na formação da nova justiça. Em razão do estilo lógico e objetivo de Mateus foi possível localizar três temas salientes: Jesus como Rei e Messias de Israel; a promessa de Jesus de estar com os seus discípulos até a consumação dos séculos e a exaltação de Mateus como véterotestamentário ao citar mais de sessenta vezes passagens proféticas do Antigo Testamento, na tentativa de tornar a Torá coerente com os conteúdos do ministério de Jesus.

No terceiro capítulo é explorada a compreensão explícita da hipótese fundada na lei do amor a Deus e ao próximo como a si mesmo articulada, no sentido da construção do sistema funcional de vida que certamente poderá se constituir uma base para o discipulado ideal, com vistas à formação espiritual do discípulo. Desse modo, o núcleo básico da bondade servirá de paradigma consciente na construção de hábitos e formação do caráter cristão.

Neste trabalho foi possível concluir o papel do discernimento objetivo e lúcido na formação da espiritualidade que as Escrituras Sagradas propõem. Em destaque o entendimento finalístico e de utilidade que conduziu a pesquisa na passagem escolhida que forneceu nítida compreensão da hipótese defendida. O amor pode ser o código de conduta da vida pessoal e ser aprendido no discipulado cristão como guia na gestão do relacionamento com Deus, com o próximo e consigo mesmo criando susceptibilidade para a harmonia e evitando o conflito.

Assim sendo, a perseguida finalidade dos mandamentos do amor objetivada na pesquisa consiste em vislumbrar o surgimento de uma mentalidade interativa no discípulo que decorre da circularidade do amor, tal qual apresentada na passagem. No entanto, o fato a ser observado é que o núcleo da benignidade se realizará na transcendência cognitiva dos significados, pois, apesar dessa cognição ser necessária a efetiva compreensão da meta, a plenitude pessoal se fará, no apossar dos significados do amor que atuará no discípulo, por inteiro, para desenvolver atitudes e hábitos amorosos que se consumarão através desse código de conduta da vida e, claro, para o governo dos próprios impulsos de vida.

No entanto, importante destacar que a presente pesquisa não é inédita, nem muito menos, se constitui em descoberta inusitada ou de ter esgotado o mérito da matéria, mas se apresenta como um trabalho acadêmico, com o condão de sugerir novos horizontes, possibilitar novas compreensões ao desencadear com a lei do amor, um círculo produtivo, teórico e funcional, através dos seus princípios fundamentais, com vistas a educar a alma (mente) a realizar, como efeito da premissa, um discipulado consistente para o crescimento pessoal e espiritual.

A comprovação da hipótese levou em conta critérios de finalidade e utilidade, ambientada por uma abordagem progressiva na linha do tempo dos acontecimentos bíblicos para extrair o propósito da meta apresentada pelas Escrituras, fato, que a faz transcender a historicidade. Deste modo, o amor atitude é a nova justiça a ser exercitada pelo cristão, na educação do seu livre arbítrio, competência nas escolhas e obtenção de resultado circunscrito na postura pessoal decorrente da formação espiritual.

Assim, este sistema se apresenta como uma possibilidade para a edificação efetiva da própria mentalidade, tornando-a interativa e funcional com a destinação do amor a Deus, ao próximo e a si mesmo, base do discipulado ideal, para o fazimento da nova justiça.

Um ponto alto no desenvolvimento da pesquisa consistiu na compreensão do espectro da palavra amor, na acepção do significado etimológico nos contextos, do Antigo e do Novo Testamentos. O que ensina ao discípulo superar a dicotomia de percepção, através do aprendizado que decorre da leitura progressiva e interativa, dos fatos.

Assim sendo, possível contemplar desde a misericórdia do Pai ao povo hebreu; passando pela atividade de procriação humana com a consequente atração sexual e cumprimento da ordem divina de “crescei e multiplicai-vos”; ao afeto do pai e mãe; amizade entre as pessoas; generosidade; sacrificar-se pelo outro; até a sublimação desta mesma energia para a efetiva comunhão com o Pai e atividades desempenhadas pelo qualificativo do amor.

Outro fato, a ser notado, é a construção do núcleo da benignidade, que decorre da atividade de amar a Deus e ao próximo como a si mesmo, em razão de sua disposição concêntrica e efeitos sobre as demandas do espírito, alma e corpo. O amor é o código de conduta pessoal, que como hipótese, sugere o desenvolvimento da capacidade de dirimir conflitos e adversidades, ao formar uma central psíquica da bondade que servirá de guia na gestão e administração dos impulsos de vida afetando eventos internos e externos.

Isto posto, possível antever que o mandamento do amor se torna um princípio regente das condutas pessoais que, de consequência desencadeia a formação de um estilo de vida com a mentalidade de Cristo (Gl 4,19). Com efeito, o primeiro resultado pode ser a minimização, se não a eliminação, dos conflitos internos e externos, afinal, todos somos um.

Como já identificado é muito variável o hiato entre o que o cristianismo recomenda e o que os discípulos realmente praticam. Muitas vezes, não conseguem seguir com o conhecimento, com o recomendado em frente, inclusive com o aparecimento de condutas diversas, como o comércio efetivado dentro do Templo, teoria da prosperidade, não recomendados por Jesus, mas por interpretações equivocadas mais atendem prerrogativas pessoais e ou de grupos.

Muitos outros exemplos bíblicos de desvios na interpretação das Escrituras são encontrados, mais notadamente, entre os fariseus, saduceus e escribas que criaram ambiente inóspitos para a morte de Jesus na cruz e são repetidos até os dias de hoje. A utilidade da presente pesquisa, portanto, é uma tentativa de encaminhar um modo de proceder e criar uma espécie de ponte de compreensão e discernimento, com função de religar o discípulo a Deus, ao próximo e a si mesmo, com bom senso e forma equilibrada, ao aprender a lidar com o empreendimento divino.

Conveniente reiterar que o aprendizado do discípulo deve ir além do teórico doutrinário para tomar posse do aprendido, posto que, há diferença entre a educação intelectual formal e educar a ação trina e escolher um tipo de vida benéfica, para a consecução da mudança de mentalidade do discípulo e sua competência no agir, com base nos critérios escriturísticos.

Deste modo, no sentido de executar estas ações, a pesquisa utilizou do recurso denominado *loop do hábito* (DUHIGG, 2012) para formar conteúdos comportamentais conscientes, pois, além da atividade cerebral poupar esforços no estabelecimento de rotinas, o cérebro se baseia na similaridade, repetição e continuidade das ações para formar o jeito de proceder do discípulo, economizar energia psíquica, biológica e, no caso, acima de tudo aprender a agir com fundamento no código de conduta amorosa.

Dito isto, conveniente ressaltar que na simplicidade do governo do amor conjugado por inspiração na perícope: amar a Deus e ao próximo, como a si mesmo supõe-se que foi possível formar um núcleo psíquico pessoal benigno que proporciona ao discípulo um guia que repercute e dá suporte a todas as ações e demandas das três esferas pessoais (espírito, alma e corpo). Fato que última a transformação do discípulo pela aplicação da nova justiça.

Assim está consistente a proposta para o discipulado ideal que, certamente terá utilidade para a metanoia pessoal e a reconfiguração do pensamento, sentimento e governo dos impulsos de vida. Valendo dizer que a hipótese foi comprovada, o que implica em afirmar que o amor, nesta perspectiva, se torna o código de conduta como fundamento do exercício da vida cristã imitando Jesus Cristo no seu demonstrado estilo divino de vida ao resumir em suas condutas a Lei e os Profetas.

REFERÊNCIAS

ALLAN, Dennis. Blog. Disponível em <http://www.estudosdabiblia.net/jbd418.htm>. Jarinu. São Paulo. Acesso, dia 25.06.2017. 11.02 hs.

ALMEIDA, André Rodrigues de. Teólogo e articulista. *Mateus, quem foi esse discípulo?* Blog Teologia em Alta. Disponível em <http://teologiaemalta.blogspot.com.br/2010/01/mateus-quem-foi-este-discipulo.html>. Acesso em: maio 2017. Acesso 01.07.2017 às 16:50, 2010.

BÍBLIA de Jerusalém. Paulo Bazaglia. *Nova edição, revista e ampliada*. 1ª. Ed 2013. São Paulo: Paulus, 2017.

BÍBLIA PASTORAL. Paulo Bazaglia. São Paulo: Paulus, 2015.

Bíblia Sagrada, João Ferreira de Almeida. *Revista atualizada*. Barueri: Sociedade bíblica brasileira, 1996.

BROWN. Colin. "Alma". In: COENEN, Lothar; BROWN, Colin (Orgs.). *Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento*. Tradução de Gordon Chown. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 2000. V. I. p. 69-79.

BROWN. Colin. "Phileo". In: COENEN, Lothar; BROWN, Colin (Orgs.). *Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento*. Tradução de Gordon Chown. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 2000. V. I. p. 121-124.

BROWN, Raymond E.; FITZMYER, Joseph A.; MURPHY, Roland E. (Orgs). *Novo Comentário Bíblico São Jerônimo: Novo Testamento e artigos sistemáticos*. Tradução Celso Eronides Fernandes. São Paulo: Academia Cristã; Paulus, 2015.

MATEOS, Juan e CAMACHO, Fernando. *O Evangelho de Mateus*. São Paulo: Paulinas, 1993.

CAMPOS, Paulo T. Cardoso. Jesus e a moderna economia: notas sobre o conceito de externalidade. *Revista Ciber Teologia & Cultura*, n. 44, p. 124-125. 2013.

CARNEIRO, Marcelo da Silva. Jesus, a torá, os nebiim e o pleno cumprimento da justiça em Mateus 5:17-20. *Revista Atualidade Teológica*, Rio de Janeiro, n. 32, maio a agosto, p. 284-285, 2008.

CARTER, Warren, *O Evangelho de São Mateus*. tradução de Walter Lisboa. São Paulo: Paulus, 2002.

CULVER, Robert D. "Profeta". In: HARRIS, Laird, ARCHER JR, Gleason, WALTKE, Bruce (Orgs.). *Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento*. Tradução de Redondo, L. Márcio, Sayão T.A. Luiz, Pinto, C. O. Carlos. 1. ed. São Paulo: Vida Nova, 1998. p. 904-906.

DUHIGG, Charles. *O poder do hábito*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

ESSER, Hans-Helmut. "A lei". In: COENEN, Lothar; BROWN, Colin (Orgs.). *Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento*. Tradução de Gordon Chown. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 2000. V. I. p. 1156-1160.

FERREIRA, João Cesário Leonel. *Repositório científico e intelectual da Unicamp*. Disponível em <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/270192>, Acesso 06.07.2017 às 17.04 hs. 1962.

FERREIRA, Joel Antônio. *Primeira epístola aos tessalonicenses*. Petrópolis: Vozes, 1991.

FERREIRA, Joel Antônio. *Ciência e fé: diálogo bíblico-teológico com os acadêmicos da PUC Goiás*. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2016.

FERREIRA, Joel Antônio. *Paulo, Jesus e os marginalizados: leitura conflitual do novo testamento*. Goiânia: Ed. América. 2ª. Ed, 2011.

GALLAZZI, Sandro. *Evangelho de Mateus. Uma leitura a partir dos pequeninos*. São Paulo: Fonte editorial, 2012.

GOETZMANN, Jurgen E. "Mente". In: COENEN, Lothar; BROWN, Colin (Orgs.). *Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento*. Tradução de Gordon Chown. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 2000. V. I. p. 1270-1275.

GUNTHER, Walther. "O amor". In: COENEN, Lothar; BROWN, Colin (Orgs.). *Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento*. Tradução de Gordon Chown. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 2000. V. I. p. 113-121.

GUNTHER, Walther. "próximo". In: COENEN, Lothar; BROWN, Colin (Orgs.). *Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento*. Tradução de Gordon Chown. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 2000. V. I. p. 1040-1044.

HACKMANN, Luiz Borges Geraldo. A nascente do amor. *Revista Atualidade Teológica*. PUC Rio de Janeiro, Ano XIV, nº 35, maio a agosto, 2010. P.1-171.

HARTLEY, J. E. "lei". In: HARRIS, Laird R; ARCHER, Gleason, L, Jr; WALTKE, Bruce, K, (Orgs.). *Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento*. Tradução de Redondo, L. Márcio, Sayão T.A. Luiz, Pinto, C. O. Carlos. 1. ed. São Paulo: Vida Nova, 1998. p. 661-664.

HERBERT, W. "lei". In: HARRIS, Laird, R; ARCHER, Gleason, L, Jr; WALTKE, Bruce K, (Orgs.). *Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento*. Tradução de Redondo, L. Márcio, Sayão T.A. Luiz, Pinto, C. O. Carlos. 1. ed. São Paulo: Vida Nova, 1998. p. 330-331.

HOVESTOL, Tom. *A Neurose da Religião (O desastre do extremismo religioso)*. São Paulo: Hagnos, 2009.

HUNTER, James C. *O monge e o executivo*. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

KEATING, Thomas. *Mente aberta Coração aberto*. Tradução de Milton Camargo Mota. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

KONINGS, Johan. *Sinopse dos evangelhos de Mateus, Marcos, Lucas e da Fonte Q*. São Paulo: Loyola, 2005.

KONINGS, Johan. Amar a Deus e/ou ao Próximo. *Estudos Bíblicos* 51. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 44-49.

LUZ, Ulrich. *El Evangelio según san Mateo*. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1993.

MYERS, Ched. *O evangelho de São Marcos*. São Paulo: Edições Paulinas, 1992. (Coleção Grande Comentário Bíblico).

NEE, Watchman. *O Homem Espiritual*. Tradução de Délcio de Oliveira Meireles, revisão de Josafá Nascimento Moura. Vol 1. Belo Horizonte: Ed Betânia, 2002.

NEE, Watchman. *O Homem Espiritual*. Tradução de Délcio de Oliveira Meireles, revisão de Josafá Nascimento Moura. Vol 2. Belo Horizonte: Ed Betânia, 2003.

OLIVEIRA, Elenice Fátima de. Uma comunidade resistente. *Revista Fragmentos de Cultura*, Goiânia, v. 25, n. 3, p. 369-378, jul/set. 2015.

OVERMAN, J.A. *O evangelho de Mateus e o Judaísmo Formativo*. O mundo social da comunidade de Mateus. Tradução de Cecília Camargo Bartalotti. São Paulo: Loyola, 1997.

OVERMAN, J.A. *Igreja e Comunidade em Crise, Evangelho segundo Mateus*. São Paulo: Paulinas, 1999.

PAGOLA, José Antônio. *O Caminho Aberto por Jesus*. Petrópolis: Vozes, 2013.

PRICE, J.M. *A pedagogia de Jesus, o mestre por excelência*. 5a. Edição. Tradução do Ver. Waldemar W. Wey. Rio de Janeiro: JUERP, 1996.

SEGUNDO, Juan Luiz. *O caso Mateus: Os primórdios de uma ética judaico-cristã*. São Paulo: Paulinas, 1997.

SILVA, Rodrigo P. Mateus: O Evangelho da Ruptura. *Teológica do SALT-IAENE* 5:1. Jan/Jun. p.61-69, 2001.

SILVA, Valmor da e SCHIAVO, Luís. *Jesus, Milagreiro e exorcista*, São Paulo: Paulinas, 2000.

SILVA, Magnus Camargo da. *O amor como princípio unificador orientativo e nucleador da vida moral à luz da Deus Caritas est.* Dissertação de mestrado. Faculdade Teológica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre – 2009.

SORG, Theo. "Coração". In: COENEN, Lothar; BROWN, Colin (Orgs.). *Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento.* Tradução de Gordon Chown. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 2000. V. I. p. 424-427.

STOTT, John. *A cruz de Cristo.* São Paulo: Editora Vida, 2006.

TAYLOR, Vincent. *Evangelio según San Marcos.* Comentario Bíblico San Jeronimo. Madrid: Ediciones Cristiandad, 1980.

VV.AA. *Leitura do Evangelho de Mateus.* São Paulo: Paulinas, 1982 (Coleção Cadernos Bíblicos, 12).

WALTKE, Bruce K. "Alma". In: HARRIS, Laird R; ARCHER, Gleason, L, Jr; WALTKE, Bruce, K, (Orgs.). *Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento.* Tradução de Redondo, L. Márcio, Sayão T.A. Luiz, Pinto, C. O. Carlos. 1. ed. São Paulo: Vida Nova, 1998. p. 981-984.

WIERSBE, W. Warren. *Comentário bíblico expositivo. Novo Testamento, Vol 1.* Tradução Susana E. Klassen. Santo André: Geográfica editora, 2016.